

6

Conhecendo as mulheres entrevistadas

6.1

O mundo da vida pessoal

As entrevistadas tinham à época da pesquisa, em 2006, entre 59 anos e 80 anos, a maioria estava na faixa de 65 anos a 75 anos. Seis pessoas tinham entre 71 anos e 76 anos e doze, mais de 70 anos, o que aponta para uma prática associativa dessas mulheres em idade bem avançada.

Das 25 mulheres entrevistadas, 13 são viúvas, 6 casadas, 4 divorciadas/separadas e 2 solteiras. A predominância de mulheres sem vínculo matrimonial ou sem um parceiro (ao todo 19) amplia a disponibilidade para freqüentar espaços de convivência, fora do lar. No entanto, constata-se a participação de mulheres em movimentos associativistas relacionados principalmente ao trabalho ou à igreja, quando ainda eram casadas. A novidade é a participação nos chamados espaços para a terceira idade em que é demonstrada uma face da mulher ainda não exposta – aquela que lhe traz prazer e ampliação da auto-estima.

Esse fenômeno vem alterar não só o aspecto da sociabilidade, mas tem implicações diretas nas relações familiares. Os mais recentes indicadores oficiais⁴⁸ apontam expressivas alterações da chefia familiar: aumentou consideravelmente o número de mulheres que se declaram como pessoa de referência. De acordo com o IBGE, no Brasil, dos 56,1 milhões de famílias, 29,4% delas eram *chefiadas* por mulheres. Ainda segundo a referida fonte, o aumento da chefia feminina também é decorrente do processo de transição demográfica por que passa a população brasileira nos últimos anos. O envelhecimento populacional, as condições de auto-sustentação e a maior expectativa de vida contribuíram para aumentar o número de mulheres que moram sozinhas. A mesma fonte, em uma edição anterior, apresenta o seguinte dado: “um outro aspecto que atinge diferentemente homens e mulheres é a questão de quantos vivem sozinhos, constituindo uma família/domicílio unipessoal. O que se tem observado é uma

⁴⁸ IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais 2004 - Idosos**. Rio de Janeiro, 2004.

predominância das mulheres com mais de 50 anos de idade (71%) morando sós. O Sudeste e o Sul foram as regiões que apresentaram os maiores percentuais: 73,2% e 72,5% respectivamente”.⁴⁹

Ser *chefe* de família, morar só, ou com a família no entorno, vem possibilitar uma maior autonomia das mulheres nos seus processos decisórios, notadamente pelo suporte financeiro que passa a ser relevante na estrutura familiar. Se essa dimensão pode facultar maior autonomia, em contraposição traz outras implicações, principalmente quanto ao usufruto da liberdade que afirmam haver conquistado.

O nível de escolaridade das entrevistadas é o seguinte:

Nº de entrevistadas	1º grau		2º grau		3º grau		Total
	completo	incompleto	completo	incompleto	completo	incompleto	
Subtotal	07	02	09	01	05	01	25

Quadro 1: Nível de escolaridade.

Fonte: Produzido pela autora durante a elaboração da pesquisa.

Observa-se, de acordo com os dados, que, mesmo numa geração setuagenária, já se evidencia a busca (por parte das mulheres) de mais instrução e inserção no mercado de trabalho. Esses dados ratificam os indicadores oficiais⁵⁰, segundo os quais as mulheres no Brasil já possuem uma média de anos de estudo superior à dos homens (7,0 contra 6,8, em 2003). De acordo com o referido documento, dois efeitos influenciam esse resultado: o primeiro está associado ao maior abandono e defasagem escolar apresentada pelos meninos, decorrentes de sua entrada mais cedo no mercado de trabalho em relação às meninas; o segundo se refere à busca das mulheres por maior escolaridade, decorrente de transformações socioeconômicas, como a entrada no mercado de trabalho, a responsabilidade pela família, a maior contribuição para a provisão do rendimento familiar, entre outras. De acordo com os dados do IBGE, as mulheres ocupadas apresentaram em média cerca de um ano a mais de estudo do que os homens. A média da população feminina de 8,4 anos de estudo já supera o número mínimo de anos de estudo de conclusão do ensino fundamental.⁵¹

⁴⁹ IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais 2004 - Idosos**. Rio de Janeiro, 2004.

⁵⁰ IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais 2004 - Idosos**. Rio de Janeiro, 2004.

⁵¹ Considerando que os dados compõem um fenômeno recente, observa-se que as mulheres entrevistadas, setuagenárias, avançaram no seu tempo.

Ao fazer um cruzamento entre estado civil e escolaridade das mulheres entrevistadas, observou-se que o maior percentual de mulheres casadas está entre aquelas que cursaram o 2º grau. Outro dado que chama a atenção é que a maioria de divorciadas e separadas está entre aquelas de grau de escolaridade menor. A única divorciada com 3º grau está recasada, conforme se observa na Tabela 1 abaixo. Essa realidade contradiz a afirmação de que, quanto maior o grau de escolaridade, menor a estabilidade no casamento.

Tabela 1: Representação percentual das mulheres entrevistadas segundo escolaridade x estado civil

Estado civil	1º grau	2º grau	3º grau	subtotal
Viúva	16,0	24,0	12,0	52,0
Casada	8,0	16,0	-	24,0
Separada	4,0	-	-	4,0
Divorciada/desquitada	8,0	-	-	8,0
Divorciada/recasada	-	-	4,0	4,0
Solteira	-	-	8,0	8,0
Subtotal	36,0	40,0	24,0	100,0

Fonte: Produzido pela autora durante a elaboração da pesquisa.

No que se refere à atividade profissional e à relação com a escolaridade, apenas duas entrevistadas não trabalharam fora do lar e tinham baixo grau de instrução (primeiro grau). As duas atividades mais citadas foram professora (quatro com o segundo grau e três com o terceiro) e funcionária pública (duas com o segundo e duas com o terceiro grau).

Tabela 2: Representação percentual das mulheres entrevistadas segundo escolaridade x atividade profissional

Atividade Profissional	1º grau	2º grau	3º grau	subtotal
Costureira	8,0	-	-	8,0
Vendedora	4,0	4,0	-	8,0
Aux. de enfermagem	8,0	-	-	8,0
Professora	-	16,0	12,0	28,0
Func. Pública	-	8,0	8,0	16,0
Aux. de escritório	-	-	4,0	4,0
Artesã	-	4,0	-	4,0
Bancária	-	4,0	-	4,0
Confeiteira	4,0	-	-	4,0
Comerciante	-	4,0	-	4,0
Trab. Voluntário	4,0	-	-	4,0
Do lar	8,0	-	-	8,0
Subtotal	36,0	40,0	24,0	100,0

Fonte: Produzido pela autora durante a elaboração da pesquisa.

A inserção das mulheres entrevistadas no mercado de trabalho é um divisor de águas tanto nas relações familiares como no âmbito societário mais amplo. Tal assertiva pode ser explicada por aquilo que isso significa quanto à autonomia decorrente de apropriação econômica e de saberes importantes na organização e estabilidade familiar e na aquisição de status pessoal, possibilitador de uma vida menos submissa.

Embora as pesquisas⁵² apontem que as mulheres do segmento idoso são aquelas em que as questões relacionadas à autonomia e liberdade – dentro da análise da categoria trabalho *como porta de entrada para a cidadania* – aparecem com menos frequência, sem dúvida, o trabalho remunerado é uma das principais alavancas para o deslocamento dos padrões de dominação nas relações de gênero que têm configurado os nossos modelos familiares. Se ainda não há um nível de horizontalidade, já se evidenciam mudanças muito significativas.

Na análise de Godinho (2004), um dos resultados mais interessantes da sua pesquisa foi uma avaliação positiva e bastante significativa das mudanças da situação das mulheres nos últimos anos, segundo a qual a possibilidade de entrada no mercado de trabalho e a conquista da independência econômica aparecem em primeiro lugar. Em seguida, e também com grande destaque, aparecem as questões associadas à liberdade e à independência pessoal, de agir como se quer e de tomar as próprias decisões.

É fato, também, que o trabalho remunerado por si não garante essa emancipação feminina. Naturalmente, outros elementos, como a condição de classe e a educação, são fundamentais na análise da questão. Mesmo assim, há que se levar em conta outras mediações importantes. Em primeiro lugar, reconhecer que, se o mundo público (dos negócios, do trabalho, da política) favorece a emancipação feminina, isso não se dá sem um pesado ônus, tendo em vista a incorporação de novos papéis sem a abdicação daqueles que já fazem parte da *condição de ser mulher*, atribuídos pela condição biológica e cultural.

⁵² Confronte GODINHO, Tatau. Democracia e Política no cotidiano das mulheres brasileiras. In: VENTURI, Gustavo; RECAMAN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Org.). **A mulher brasileira no espaço público e privado**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004.

Margareth Rago, uma das integrantes da pesquisa *A mulher brasileira nos espaços públicos e privados*, da Fundação Perseu Abramo, problematiza a pesada contrapartida que se evidencia no grande aumento das exigências pessoais e sociais que recai sobre a mulher. Segundo a pesquisadora, há um consenso (entre as suas entrevistadas) de que, se a situação da mulher brasileira melhorou muito nas últimas décadas, também cresceram enormemente seus encargos e atribuições com a duplicação da jornada de trabalho e o aumento das pressões por excelentes resultados em seu desempenho profissional, intelectual e pessoal, muito acima do que se exige dos homens (RAGO, 2004, p. 39).

Essa é uma questão que tem suscitado muitos estudos e uma das questões de fundo é a própria conceitualização de trabalho em que se colocam não apenas o trabalho formal, remunerado, mas também o trabalho doméstico, o não remunerado, o informal, o social, entre outros.

Hirata (2002), apresentando o estado das artes sobre a divisão sexual do trabalho, afirma que passar de temas de pesquisas em que as mulheres são invisíveis na qualidade de atores sociais para a consideração das relações sociais sexuadas tem efeitos de renovação teórica muito fecundos nas ciências sociais.

Para essa autora, a divisão sexual do trabalho é apenas um aspecto das *relações sociais sexuadas*, ou seja, das relações sociais entre homens e mulheres – entendidas como relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas ou antagônicas de exploração e de opressão. Nesse exame, é colocada uma *coextensividade* entre a dominação econômica e a de sexo (HIRATA, 2002).

Partindo dessa idéia, conforme Hirata (2002), a exploração por meio do trabalho assalariado e a opressão do masculino sobre o feminino são indissociáveis, sendo a esfera da exploração econômica – ou das relações de classe – aquela em que, simultaneamente, é exercido o poder dos homens sobre as mulheres. Assim, a preeminência do econômico, que fez da força de trabalho um conceito-chave na análise marxista clássica das relações de dominação, cede lugar ao conceito de “sujeito sexuado” inserido em uma rede de relações intersubjetivas.

Como diz a autora,

[...] é essa passagem do primado do econômico e das relações de exploração para a afirmativa de uma ligação indissociável entre opressão sexual (e de classe) e exploração econômica (e de sexo), que permite reconceitualizar o trabalho, dinamizá-lo, a partir da introdução de uma subjetividade efetiva, ao mesmo tempo 'sexuada' e de 'classe' (HIRATA, 2002, p. 277).

Na trilha das reflexões de Hirata (2002), creio pertinente a abordagem sobre as duas teorias da divisão sexual do trabalho, tais como o *vínculo social* versus *relação social*. Para essa autora pode-se considerar que hoje duas grandes teorias da divisão sexual do trabalho se opõem e divergem. A primeira remete mais a uma conceitualização quanto ao *vínculo social*, por meio de seus conteúdos conceituais (solidariedade orgânica, complementaridade, conciliação, coordenação, parceria, especialização e divisão de papéis); a segunda, a uma conceitualização quanto a *relação social* (divisão do trabalho, contradição, antagonismo, oposição, dominação, opressão, poder) e a uma teoria geral das relações sociais.

Esses conceitos são importantes para refletirmos melhor sobre o aspecto conciliatório que possibilita às mulheres um protagonismo para além do trabalho (entendido como atividades formais, informais ou domésticas) ou num outro pólo, a tomada de posição ou a ruptura, em decorrência de condicionamentos opressores ou de relações assimétricas. A abordagem sobre o trabalho que destaco coloca-o como fonte de possibilidades emancipatórias para a mulher, sem obscurecer, naturalmente, o ônus pago pelas conquistas e avanços.

Outro aspecto levantado quanto ao perfil das mulheres, alvo desta pesquisa, refere-se à filiação religiosa. É um fator muito importante e determina, em grande medida, a vida pessoal, familiar e social dos sujeitos idosos. A religião é importante como um suporte para uma ligação mais próxima com Deus, o que ameniza as fragilidades e as vulnerabilidades do envelhecimento, assim como possibilita uma perspectiva de que 'segurar na mão de Deus' é algo desejado e premente quando o ciclo biológico já não permite deixar de se pensar na finitude. Por outro lado, para além da questão da fé, a filiação religiosa, principalmente no âmbito da igreja católica, constitui-se em possibilidade de inserção dos fiéis em movimentos sociais. A luta por justiça social compõe uma bandeira que tem possibilitado a emergência de líderes comunitários e

políticos, como bem demonstra a história da redemocratização do nosso País. Atualmente, outras denominações religiosas, entre elas as evangélicas, promovem trabalhos sociais ou de recuperação de pessoas que se encontram no limbo da sua condição de humanidade, tendo na filantropia e na divulgação da palavra de Deus alguns dos caminhos escolhidos.

Essas práticas são refletidas nos processos sociais dos praticantes das igrejas às quais se filiam. No caso da pesquisa ora tratada, a questão da religião teve e tem influência na prática associativa de algumas entrevistadas, mas não se constitui como elemento determinante na sua opção pelos movimentos relacionados à Terceira Idade. Não se observou uma relação direta entre religião e o grau de escolaridade delas, havendo apenas uma maior incidência de baixa escolaridade entre aquelas de filiação católica, conforme se constata nos dados.

Tabela 3: Representação percentual das mulheres entrevistadas segundo a escolaridade x religião

Escolaridade	Filiação religiosa (em %)				
	Católica	Evangélica/Batista	Espírita	Não definida	Subtotal
1º grau	32,0	-	-	4,0	36,0
2º grau	20,0	12,0	8,0	-	40,0
3º grau	20,0	4,0	-	-	24,0
Subtotal	72,0	16,0	8,0	4,0	100,0

Fonte: Produzido pela autora durante a elaboração da pesquisa.

Como se observa, a maioria das entrevistadas é católica, não havendo condicionante religioso significativo relacionado ao grau de escolaridade. A única observação é que as mulheres com segundo grau têm uma diversidade maior de filiação religiosa, mas, de qualquer forma, a metade é filiada ao catolicismo. Muitas praticantes tiveram no trabalho social da Igreja, principalmente Pastorais e Comunidades Eclesiais de Base, a sua origem em Movimentos Associativos. O depoimento de uma das entrevistadas é ilustrativo:

Eu era uma pessoa que tinha uma timidez tão grande que eu não me comunicava com quase ninguém. Eu lembro que,

quando comecei a participar na igreja – a igreja começou a abrir espaços na época das comunidades de base –, quando começou a abrir para o leigo, e aí eu comecei nesse tempo, a minha comunidade era (é ainda) uma comunidade muito difícil, muito complicada. Eu comecei essa participação e nessa minha primeira participação, um dia que eu tive que assumir uma celebração, de falar em público. Eu tremi tanto, tanto, que tive medo de cair ali, mas, ao mesmo tempo que eu tremia, dizia: não, eu tenho que vencer isso. Não é possível um negócio desse. Aí eu comecei e quando eu descobri que eu podia vencer aquilo, foi muito bom, mas ainda tenho muitas dificuldades, muitos medos.

Observa-se a importância do movimento sob o aspecto tanto político como pedagógico e a sua influência decisiva na potencialização da subjetividade da pessoa, à medida que possibilita a superação de determinadas limitações e a qualifica para novas investidas, conforme fica evidente em outro trecho do seu depoimento:

Agora eu fui uma pessoa que sempre carreguei muito seriamente uma frustração de não ter podido estudar... porque eu sempre sonhei em ter isso, mas a vida não me permitiu. E uma das coisas que me realizou foi muito conhecimento que eu adquiri, muito! Na comunidade, o aprofundamento que a gente fazia, o estudo bíblico que eu fiz. Eu fiz um curso de teologia durante três anos, que me ajudou em muitas coisas e depois entrei na parte da liderança popular que também fiz vários cursos. Quando eu entrei no Conselho Comunitário, a gente fez um curso de um ano, com cinco etapas. Foi muito bom. Com isso o meu conhecimento hoje, eu posso dizer, eu engano a todo mundo se eu disser que tenho um 3º grau. Eu não tenho conhecimento de língua nenhuma a não ser a portuguesa, mas em alguns conhecimentos, eu engano [...], mas fiquei parada nisso aí, não estudei mais porque a vida não permitiu mesmo, porque ou trabalhava para viver ou estudava e morria de fome.

A minha opção era única. Então isso me ajudou muito e eu venci muitas etapas por essa participação popular, participação religiosa, mesmo. Já tem 20 anos que eu comecei a participar. Eu acho que hoje eu não sei viver sem isso também não, sabia? A gente fica cansada, esgotada, estressada, mas eu acho que hoje eu não saberia viver sem essa... você entendeu?”(M.J.S, 62 anos).⁵³

Essa entrevistada foi presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e é militante de movimentos comunitários do seu bairro. Fica evidente que a sua inserção no movimento social da Igreja foi fundamental para a sua militância, hoje, em outros movimentos. A sua lucidez política, a superação de dificuldades como a timidez, a capacidade crítica de analisar a realidade, enfim, o instrumental adquirido nessa prática religiosa e social ameniza a frustração de não ter conseguido o estudo formal. Porém, essa formação política advinda das comunidades eclesiais de base não é característica manifestada por todas as entrevistadas com história de participação em movimentos de igreja. Há também o projeto de solidariedade e evangelização que influencia muito as práticas sociais das participantes.

É importante observar que a entrevistada tem apenas o 1º grau de ensino, o que vem comprovar que não há uma relação direta entre escolaridade e consciência política. Igualmente, não há relação direta entre grau de escolaridade e a intensidade do envolvimento em movimentos associativos, no entanto, observa-se uma ligeira redução dessa intensidade entre aquelas com grau de instrução superior.

Grau de escolaridade	Número médio de movimentos
1º grau	3,6
2º grau	3,8
3º grau	3,3

Quadro 2: Relação escolaridade x participação em movimentos associativos

Fonte: Produzido pela autora durante a elaboração da pesquisa.

⁵³ Essa entrevista foi concedida por uma das selecionadas por ocasião do pré-teste da presente pesquisa, em que se utilizou o recurso do gravador.

Como se observa no Quadro 2, a frequência e a quantidade de entidades objeto da participação das mulheres não alteram significativamente em razão da escolaridade. A qualidade dessa participação será objeto de análise em outro momento, porém essa não está necessariamente ligada ao grau de escolaridade, mas a outros elementos como a inserção em movimentos sociais ou sindicais. Ainda no contexto da escolaridade, procurou-se verificar a relação com o número de filhos.

Escolaridade	Número médio de filhos
1º grau	4,4
2º grau	3,6
3º grau	1,6

Quadro 3: Relação entre escolaridade x número de filhos

Fonte: Produzido pela autora durante a elaboração da pesquisa.

Conforme todas as estatísticas, quanto maior a escolaridade, maior a condição de planejamento familiar. Assim, na nossa pesquisa, as mulheres com 3º grau têm um número médio de filhos mais reduzido. De acordo com a PNAD⁵⁴, em 2004, as mulheres de 15 a 49 anos de idade, com um rendimento familiar de meio salário mínimo *per capita*, que tiveram filhos nascidos vivos, 49,1% delas tinham três filhos ou mais; enquanto entre as mulheres com um rendimento familiar de mais de dois salários mínimos per capita essa proporção era de 21,6%, ou seja, configura-se o círculo: nível educacional x renda x número de filhos.

Um tema que se constitui bastante importante no âmbito deste estudo refere-se à cobertura previdenciária das entrevistadas. Vimos que a quase totalidade dessas mulheres foi inserida no mercado formal de trabalho.

6.1.1

A condição previdenciária

Apenas duas entrevistadas não possuem aposentadoria ou pensão e continuam na *ativa*: uma desenvolve atividades de vendedora autônoma e outra continua com o seu trabalho social voluntário, do qual se ocupou por toda a vida. Esta continua casada e vive da

⁵⁴ IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais 2005 - Mulher**. Rio de Janeiro, 2005

aposentadoria do marido. Dezesete são aposentadas e seis são pensionistas, algumas delas acumulam renda de aposentadoria e pensão. De um modo geral, à exceção das funcionárias públicas, os proventos da aposentadoria ou pensão são muito baixos: o salário mínimo pago pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) – que, se de um lado é muito baixo, de outro é condição para que essas mulheres se tornem mais independentes e consigam ajudar a família.

Conforme recentes indicadores sociais⁵⁵, o envelhecimento populacional acarreta mudanças também nos arranjos familiares e uma delas é a maior proporção de famílias com pelo menos um idoso, o que possibilita maior convivência geracional. Nas considerações desses organismos oficiais, a permanência do idoso na família é uma forma de apoio informal mais usada no Brasil. É um tema de dimensão importante, uma vez que possibilita à pessoa idosa contribuir para reduzir os riscos sociais da sua família, dinamizar a economia regional e ainda ocupar um lugar social de mais respeito no âmbito das relações familiares.

Essa questão tem sido colocada por analistas e formuladores de políticas públicas sob dois enfoques: o que representa como ônus previdenciário para o país e o que vislumbra uma garantia de dignidade à população idosa, conforme já bastante enfatizado neste trabalho.

Em recente publicação⁵⁶, o IPEA apresenta uma coletânea com a proposta de refletir sobre temas atuais que coabitam com a questão da previdência social e, a partir daí, propor políticas futuras para mudanças e aprimoramentos⁵⁷ (TAFNER; GIAMBIAGI, 2007, p. 5). Trata-se na verdade do impacto da alteração demográfica e sua implicação para o sistema previdenciário em que temas como a mudança no perfil da população, no mercado de trabalho, a inserção da força de trabalho feminino e o padrão de informalidade, tornam-se elementos importantes na análise da reforma previdenciária.

⁵⁵ Diversas fontes: Indicadores de condições de vida e acompanhamento de Políticas. Camarano et al. Brasília SDH, 2005. IBGE/Censo demográfico de 2000; Projeções IPEA.

⁵⁶ Confronte Tafner, Paulo; Giambiagi, Fábio (Org.). **Previdência no Brasil: debates, dilemas e escolhas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

⁵⁷ Confronte apresentação da publicação feita por Luis Henrique Proença Soares (Presidente do IPEA) na obra: Tafner, Paulo; giambiagi, Fábio (Org.). **Previdência no Brasil: debates, dilemas e escolhas**. IPEA, Rio de Janeiro, 2007.

Naturalmente a participação da população idosa no total da população, ao atingir níveis próximos a 20%, será um fator evidente nesta equação: relação contribuinte x aposentado, notadamente no que se relaciona aos principais efeitos do atual modelo econômico em que a PIA (população em idade ativa) se encontra em grande parte ou desempregada, ou integrada ao mercado informal de trabalho. A questão se põe sob uma dupla perspectiva: os custos das aposentadorias e pensões da população idosa atual e o cenário (se não for alterado) da população em idade ativa atual, que chegará à velhice como usuária dos benefícios assistenciais. Essa tem sido a lógica para potencializar o argumento em torno da reforma previdenciária brasileira.

E uma das questões postas por especialistas e formuladores de políticas é exatamente a de *como a dinâmica demográfica pode afetar a demanda por benefícios da seguridade social*. Para Camarano e Kanso (2007), participantes da citada coletânea, no capítulo sobre a Dinâmica da População Brasileira e suas implicações para a Previdência Social – há certezas e incertezas: certezas quanto aos ganhos de vida e demandas previdenciárias e incertezas quanto à renda para os idosos do futuro. Colocam um cenário em que se podem vislumbrar a perspectiva do aumento do período na ativa, o corte de benefícios duplos (aposentadoria e pensão) e a redefinição da perspectiva de trabalho para a pessoa idosa. As autoras fazem uma reflexão que sintetiza bem o alcance da questão: “o que se espera é que a prioridade seja dada ao bem-estar da população como um todo. E que a grande conquista social, que é o envelhecimento populacional, não traga embutida a sua falência” (CAMARANO E KANSO, 2007, p.134).

A questão ora examinada recoloca a velhice nos termos em que Debert (1999) nos apresenta: como fonte de recursos e como fonte de problemas. Novamente se coloca a dialética que nos lembra a necessidade de ajuste do foco para entendermos a sua real amplitude.

Como vimos, o suporte financeiro advindo das aposentadorias dos idosos está possibilitando uma redução das vulnerabilidades por que passam as famílias. Bem sabemos que esse suporte não se coloca somente no plano econômico, mas alcança outras dimensões, algumas das quais procuro apresentar na seqüência, como um dado colhido na pesquisa.

6.2

A rede familiar

À exceção de duas entrevistadas solteiras, todas possuem filhos, variando de dois a sete, e há uma predominância de filhas. Os filhos, em geral, têm uma idade média de 41 anos e uma média de filhos (netos das entrevistadas) menor que a da progenitora, variando entre um e quatro filhos. Essa mudança é uma decorrência do fluxo maior de informações e adoção de condutas contraceptivas pelas atuais gerações em idade reprodutiva. A maioria dos filhos trabalha, com exceção de quatro filhas (casadas).

De um modo geral, as entrevistadas não recebem ajuda dos filhos, quando muito, esporadicamente⁵⁸. Alegam que não necessitam, pois têm a aposentadoria. Geralmente, dá-se o contrário: os filhos são ajudados pela mãe ou pela condição financeira ou pelo cuidado com os netos (*tomando conta* enquanto os pais trabalham; levando à escola e trazendo dela; cuidando nos períodos de doença, etc). Outro aspecto que merece destaque são os re-arranjos habitacionais. Eles dão materialidade à rede de ajuda mútua que se instala na família. Geralmente, essas mulheres têm casa própria e estão construindo espaços adicionais, na parte superior ou nos fundos do imóvel, para abrigar filhos separados ou com família, portadores de alguma dificuldade financeira.

A problemática familiar, tal como se evidencia hoje, traz novos elementos para pensar o papel social da pessoa idosa. As relações intergeracionais tendem a se alterar, ou pelo fato de a velhice já ser um fator significativo como questão social e política, ou pelo papel da população idosa no cuidado ou na subvenção da família. O certo é que há necessidade de novos parâmetros para dimensionar elementos relacionados ao convívio, ao papel social, enfim, à dinâmica familiar na relação com os seus idosos. Estes, não obstante as tradicionais e perversas situações de isolamento, abandono e indiferença, em face de questões tão complexas quanto diversificadas, já experimentam relações diferenciadas no cotidiano familiar. Evidentemente que a vivência de relações mais qualitativas, pautadas no afeto e respeito, não são situações apenas circunscritas ao contexto atual.

⁵⁸ Referência aos aspectos financeiros. Não consideraram o significado do *viver próximo* – uma realidade muito presente que pode favorecer a ajuda recíproca, embora a ajuda das mães para os filhos e/ou netos seja mais evidente.

O que se coloca como fenômeno que altera um modo de representação social é o fato de que a relação de dependência se modifica nos modelos familiares atualmente constituídos. Pensar essa questão, portanto, implica situar a família contemporânea no contexto sociopolítico e econômico vigente. Só a partir desse entendimento é possível compreender as relações geracionais familiares em que o idoso é um elemento valorizado por laços afetivos ou por imperativos de necessidades materiais, mas ao mesmo tempo, e talvez por essa última condição, sujeito a situações de violência e a maus-tratos físicos e psicológicos.

A família contemporânea mudou. Alguns elementos normativos cederam lugar a outros de natureza mais relacional em que a dimensão subjetiva passa a ser o principal valor. O pátrio poder e as relações hierárquicas perdem a força, e a figura do chefe aos poucos vai sendo substituída pela da pessoa de referência, homem ou mulher. Os filhos buscam alargar os seus espaços e procuram pautar as relações mais na base do entendimento e do diálogo do que nas tensas relações de mando e obediência.

Essas mudanças na hierarquia de poder e a constituição de novas regras no convívio familiar devem-se a alguns fatores, entre os quais a inserção da mulher no mundo do trabalho, o planejamento familiar, o divórcio, o re-casamento e a transformação das formas da vida conjugal.

Os estudiosos estão mais preocupados em entender e refletir sobre as metamorfoses do que propriamente em conceituar a família contemporânea. De qualquer forma, essa formulação de Szymanski (2002, p. 10) sintetiza os principais contornos dos arranjos vigentes. Para a autora,

[...] família pode ser entendida como uma associação de pessoas que escolhe conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo. Um núcleo em torno do qual as pessoas se unem, primordialmente por razões afetivas, dentro de um projeto de vida em comum, em que compartilham um cotidiano, e, no decorrer das trocas intersubjetivas, transmitem tradições, planejam seu futuro, acolhem-se, atendem os idosos, formam crianças e adolescentes.

Como se observa, o determinismo biológico, a consangüinidade e a rigidez da tradição, da herança e da hereditariedade são relativizados em face de determinantes baseados na

escolha, na partilha e no cuidado. São então valorizadas as práticas educativas familiares consideradas como

[...] ações contínuas e habituais, realizadas pelos membros mais velhos da família, nas trocas inter-subjetivas, com o sentido de possibilitar a construção e apropriação de saberes, práticas e hábitos sociais pelos mais jovens, trazendo, em seu interior, uma compreensão e uma proposta de ser-no-mundo com o outro (SZYMANSKI, 2001, p. 87 apud SZYMANSKI, 2002, p. 14.).

Essas mudanças trazem deslocamentos nas fronteiras geracionais. A *síndrome do ninho vazio* ainda assusta, mas os pais estão convivendo mais tempo com os filhos adultos. Os jovens adultos saem da casa dos pais cada vez mais tarde, por questões econômicas, de continuidade dos estudos, mudanças nos relacionamentos afetivos e possibilidade de manutenção da sua identidade e autonomia (qualidade das relações no âmbito da coabitação).

Nessa perspectiva, conforme Singly (2007), os indivíduos querem, ao mesmo tempo, ter asas e criar raízes. Esse autor, com base em pesquisas na realidade francesa, fala-nos dessa dimensão relacional, hoje tão valorizada pela juventude ante o seu pertencimento familiar. Há, como ressalta Clarice Peixoto, no prefácio da obra do citado autor, um individualismo relacional. Há uma aspiração não somente de estar junto, mas de ser livre junto. Nas palavras de Peixoto, o autor aprofunda a idéia de um individualismo que é relacional, de um *nós* que permite ao *eu* construir sua identidade complexa: um laço que sabe unir sem sufocar, pois os indivíduos buscam elos sociais *fortes* sem que estes, contudo, os levem a perder a liberdade.

Predomina hoje um modelo de família nuclear, reduzida. No entanto, crescem aquelas que abrigam mais de duas gerações em virtude do retorno de filhos desempregados ou separados – e seus descendentes, à casa dos pais, aposentados. Essa é uma questão importante, uma vez que tem uma relação muito direta com situações constatadas no âmbito desta pesquisa. Para o bem ou para o mal, as mudanças sociofamiliares refletem, de uma forma muito significativa, nas gerações mais velhas. Se de um lado essas mudanças possibilitam o favorecimento de elos sociais mais fortes, de outro potencializam situações conflituosas e até mesmo violentas.

Sem entrar na discussão sobre o papel da família na ancoragem de relações sólidas ou fragilidades individuais, importa nessa abordagem discutir a sua importância no provimento de condições de sustentabilidade física e emocional em que a pessoa idosa tem um papel de dependência ou autonomia.

Conforme apresentado no item anterior, há que se considerar a alteração demográfica e o conseqüente envelhecimento populacional como uma mudança significativa nos novos arranjos familiares. A maior proporção de famílias com, pelo menos um idoso, possibilita uma maior convivência intergeracional. Vimos também que a universalização dos benefícios da seguridade social contribuiu positivamente para que as famílias com membros idosos tivessem um aumento de suas rendas e, conseqüentemente, melhores condições de vida. Nesse caso, a aposentadoria demarca uma nova forma de *olhar* para a velhice na sociedade do desemprego. Temos então uma situação em que – no caso das nossas entrevistadas – as mulheres que vêm de um estado de cobertura previdenciária decorrente do trabalho formal contribuem para suprir necessidades da *sociedade do descarte*, das gerações atuais. Como reflete Ana Quiroga: “[...] um velho trabalhador, segurando não só a si próprio, mas apoiando a insegurança dos outros”.⁵⁹

De fato, na atual sociedade do desemprego ou da precarização do trabalho, as pessoas idosas estão assumindo cada vez mais o papel de provedor familiar. Se, como vimos, essa realidade pode conferir-lhe um papel social mais importante no âmbito das relações familiares, em contrapartida, é inegável o ônus da privação e de maior carga de trabalho, uma vez que tem de dividir a sua aposentadoria, já bastante comprometida, para suprir necessidades de familiares desempregados, ou recorrer a outras atividades ocupacionais para completar a renda familiar.

Essa questão tem sido mencionada como importante nos indicadores de violência contra a pessoa idosa. São freqüentes os registros de violência por extorsão, cometida por familiares aos seus ascendentes possuidores de algum recurso. A possibilidade de tomar empréstimos bancários, com a garantia de desconto em proventos previdenciários, tem atraído instituições financeiras que seduzem os tomadores, com promessas de suavidade

⁵⁹ Trata-se de uma reflexão de Quiroga por ocasião do processo de orientação desta tese, em março de 2008.

no pagamento. Isso tem levado muitos idosos a se endividar para resolver problemas familiares e tem acarretado um ônus muito grande, tanto econômico quanto psicológico, visto que sofrem as conseqüências e as pressões do endividamento.

Responsabilizar-se pela família, portanto, continua fazendo parte dos encargos das pessoas idosas.

As mulheres alvo desta tese, de um modo geral, não mencionaram situações de maus-tratos ou relação conflituosa com os filhos. Elas os apresentavam como companheiros, “[...] *dispostos a ajudar sempre que necessário*”. Esse apoio dos filhos não se restringia ao aspecto material ou financeiro, mas principalmente apoio moral e incentivo às suas novas investidas. Afirmam que, de modo geral, são muito apoiadas e incentivadas pela família quanto às suas atividades associativas. Houve poucos relatos de interferência familiar. Apenas três pessoas falaram de preocupações de filhos (ou marido) pelo excesso de envolvimento em atividades externas, o que ocasiona falta de tempo para a família ou alguma exposição a risco externo. Uma entrevistada revelou que “[...] *no início sua família tinha preocupação de que ela pudesse estar sendo submetida a um processo de lavagem cerebral, mas que hoje já estão acostumados e até perguntam se não tem nada marcado*”. Afirmam que, de um modo geral, os filhos (principalmente as filhas) vibram, apóiam, às vezes acompanham e querem nelas se espelhar quando chegarem à idade avançada.

O que fluía com grande frequência, na fala das entrevistadas, era a preocupação com os filhos, por problemas de separação e desemprego. Geralmente, elas se sentiam confortáveis por ter uma segurança financeira (ainda que reduzida) e “[...] *poder ajudar a família*”. Essa é uma das explicações para a sua independência e possibilidade de usufruir a liberdade que têm atualmente. Essa liberdade, porém, deve ser percebida dentro do alargamento dos espaços conquistados pelas mulheres nas suas lutas emancipatórias, das quais já nos referimos anteriormente quanto à pesada contrapartida que se evidencia no grande aumento das exigências pessoais e sociais que recaem sobre a mulher.

Na verdade, ao buscarem usufruir os novos espaços de relacionamentos e ações socioculturais, as mulheres entrevistadas o fazem tão intensamente quanto é intensa a

sua luta para ajudar na estabilidade do lar. Ao indagarmos se o fato de a entrevistada ou de as integrantes dos seus grupos participarem de atividades fora lar poderia trazer alguma consequência para as relações familiares, responderam que não. Algumas assim se expressaram:

Não. As tarefas domésticas são feitas antes de irem para o grupo (C.R.P. – 74 anos).

Não. São organizadas e responsáveis. A mulher só se “joga” numa coisa assim, quando dá conta (I.B.C. – 60 anos).

Não. As mulheres têm grande capacidade de organização. Deixam tudo pronto em casa e, de certa forma, já estão tendo consciência desse direito da mulher, de desenvolver atividades fora de casa (N.M.R. – 61 anos).

Não, no caso pessoal. Mas há avós que não podem usufruir mais, porque estão tomando conta de netos (M.M.N. – 67 anos).

Não é o caso. Têm mais compromisso com a Igreja e sempre se organizam para ‘cobrir’ as necessidades de ajuda em casa (M.G.R.O. – 59 anos).

Como se observa, a maioria dos depoimentos aponta para a inexistência de transtorno em casa, com a saída das mulheres (mesmo daquelas que participam de muitos grupos). Em geral, as que saem de casa, ou o fazem porque dispõem de tempo ou se organizam e deixam as atividades domésticas já encaminhadas.

Essa questão não é distanciada daquelas vividas pelas mulheres em geral, no seu deslocamento do mundo privado para o público e a assunção de novos papéis fora do lar – sem subtrair nenhum dos que já eram da sua *responsabilidade*, na condição de *dona de casa*.

Por iniciativa da Fundação Perseu Abramo (FPA), foi realizado um estudo que teve como finalidade aprofundar o conhecimento do imaginário social brasileiro sobre a

questão das desigualdades de gênero, presentes em instituições e esferas da nossa sociedade⁶⁰. A pesquisa revela que a maioria das entrevistadas considera de fundamental importância a inserção no mercado de trabalho, a independência econômica, a possibilidade de tomar decisões e agir livremente.

Sobre *Como é ser mulher hoje*, Venturini e Recaman (2004), organizadores do estudo, destacam que a maioria associa espontaneamente a condição feminina à possibilidade de inserção no mercado de trabalho e à conquista da independência econômica (38% e 12%); à liberdade e à independência social de agir como quer, de tomar as próprias decisões (33%) ou ainda a direitos políticos conquistados e à igualdade de direitos em relação aos homens (3% e 8%) – índices que atingem, respectivamente, 50%, 41% e 10% entre as que consideram que a vida das mulheres melhorou.

Como exemplo das melhores coisas de ser mulher, os temas relacionados ao mundo privado foram espontaneamente mencionados por duas de cada três entrevistadas, puxados pela experiência ou expectativa da maternidade – mais por seu aspecto biológico, ligado à possibilidade de gestação, dando continuidade à vida, do que pelo papel social de cuidar dos filhos e educá-los. As referências ao mundo público foram citadas por 31%, lideradas por menções à liberdade e à capacidade de a mulher tomar decisões, à possibilidade de estar no mercado de trabalho e à independência econômica conquistada pelas mulheres.

Mas, conforme Venturini e Recaman (2004), o mundo privado é também o espaço onde as brasileiras identificam as piores coisas da condição feminina, principalmente pelo conjunto complexo de tarefas e obrigações que socialmente as mulheres têm em relação à instituição familiar.

Na análise dos autores, essa percepção crítica não deve ser lida como uma desvalorização da família. Ao contrário, essa instituição é considerada como satisfatória pela maioria (70%). A ambigüidade da valorização/rejeição da família apenas denuncia a situação de exploração vivida pelas mulheres, refletindo a contradição de ter o olhar voltado para o mundo público e, simultaneamente, ter de assumir as responsabilidades e

⁶⁰ Esta pesquisa, realizada em 2001, contemplou 2.502 mulheres, residentes em 187 municípios de 24 Estados das cinco macrorregiões brasileiras.

cumprir os papéis marcados por uma divisão sexual do trabalho ainda acentuadamente desigual (VENTURINI; RECAMAN, 2004).

Ponderam os autores que as conquistas inerentes à participação crescente das mulheres no mercado de trabalho remunerado têm sido relativizadas por três fatores: a qualidade dessa inserção, a fraca contrapartida da participação masculina na divisão do trabalho doméstico e, muitas vezes, a reação masculina violenta à desestabilização – ou ameaça de – do modelo do pátrio poder nas relações conjugais.

Destacam que, se a pesquisa mostra que as brasileiras estão decididas a não desistir, recolhendo-se de novo em suas casas, também revela que o horizonte do mundo público das mulheres tem muito a ser ampliado. A inserção no mercado de trabalho ainda é o principal (quando não o único) caminho que leva às experiências públicas. O mundo do poder político, mesmo o das artes e do conhecimento, são pouco citados como espaços concretos de ação feminina, ainda distantes da realidade da maioria das mulheres no Brasil, ainda que os dados indiquem disposição em conquistá-los. A concentração de obrigações e responsabilidades no mundo privado, repostas a cada dia, certamente dificulta as que se aventurem por outros caminhos públicos que exigem dedicação e experiência. Concluem que, para as mulheres exercerem sua cidadania com igualdade de condições, ainda há muito que percorrer e romper (VENTURINI; RECAMAN, 2004).

Parece que as mulheres idosas alvo da minha pesquisa, de certa forma rompem com essa lógica e se aventuram para outros caminhos públicos na busca de cultura, lazer ou outros interesses. Evidentemente que a maioria já está liberada do trabalho formal, mas, de qualquer modo, como vimos, têm de cumprir a sua rotina de apoio à família para se sentirem livres nas suas investidas fora de casa.

Isso significa que pesa sobre o universo das mulheres o ônus daquilo que constitui a sua *condição feminina* e que nenhum movimento libertário foi capaz de suprimir: o papel de suporte, de complementaridade, de equilíbrio familiar; a capacidade de superar-se, anular-se ou recompor-se para promover a estabilidade doméstica.

Uma pequena retomada da trajetória das mulheres que entrevistei reafirma as observações já expostas. De fato, observa-se que, durante toda a vida, os principais

eventos por elas vivenciados, no que se refere a mudanças significativas, ocorreram sempre em decorrência de necessidade dos familiares. Há pouco registro de eventos ou mudanças resultantes de escolhas ou decisões autônomas.

A maioria das entrevistadas, 18 pessoas, é originária do Estado do Espírito Santo. Minas Gerais apresenta-se como o segundo Estado de origem, com 4, em seguida, o Rio de Janeiro, a Bahia e o Pará com uma pessoa de cada Estado. Como se observa, o fenômeno migratório externo não é tão expressivo, havendo, contudo, uma alta mobilidade dentro do próprio Estado. Num primeiro momento o fluxo se deu no sentido rural x urbano e depois dentro do próprio espaço urbano, entre cidades próximas ou mesmo bairros dentro de um mesmo centro.

Os principais marcadores de mudanças das entrevistadas estão associados a dois eventos principais: na infância, em decorrência dos deslocamentos dos pais pela necessidade de acompanhamento dos filhos em idade escolar, e na juventude, por casamento. A última mudança é decorrente de aquisição de imóvel próprio e ocorre quando a mulher fica só, ou por viuvez, ou por separação. Geralmente as mudanças são decorrentes de necessidades familiares e não há registro de que essas tenham ocorrido por vontade própria da mulher, buscando satisfazer algum interesse pessoal. Observa-se a recorrência do “acompanhar” como principal motivo da mobilidade. Apenas no caso da última mudança, percebe-se que a mulher se manifesta quanto à definição de um espaço que lhe seja mais favorável. Novamente, apreende-se que a única possibilidade de decisão autônoma se dá com a situação de viuvez ou separação. A liberdade que se dá como um prêmio decorre da ruptura de uma condição de subalternidade (na situação de conjugalidade), mas nem sempre se traduz em possibilidade de ‘dispor de sua vida’, como se verá na seqüência desta tese.

De outro lado, a liberdade e a busca do mundo *público* não se traduz necessariamente em ausência de solidão, como afirma uma entrevistada:

O que eu fiz para mim? Sempre estive muito voltada para os outros. Isso é bom ou ruim? A solidão tem sido algo que está preocupando. O relacionamento com os filhos é difícil. Será consequência da vida de participação? (M.J.S. 62 anos).

O depoimento acima é revelador da ambigüidade e do sentido que a prática participativa traz para aqueles que a assumem numa perspectiva de militância. A responsabilidade pública acaba tornando-se um ônus com prejuízo para a estabilidade familiar e para a sua subjetividade.

É esse tema que orientará a seqüência e possivelmente a parte mais relevante desta tese, por constituir-se no princípio norteador das buscas que se fazem necessárias para o entendimento do meu objeto de estudo.

6.3

A experiência de participação social das mulheres

A história de participação dessas mulheres não é recente. Há pessoas que iniciaram suas atividades em grupos ou movimentos associativos, na década de 1960, ainda no período estudantil. Um grupo iniciou a sua vida associativa em entidades de classe, lutando por direitos trabalhistas, outros em grupos e trabalhos sociais das igrejas das quais faziam parte. Mas a maioria inicia a sua vida associativa em grupos de convivência para idosos. Embora grande parte desses grupos tenham começado a funcionar na década de 1970, é após a instituição da Lei nº 8.842/96, que trata da Política Nacional do Idoso, que ganham uma nova visibilidade e atenção pública.

Como vimos na caracterização dos espaços de participação, as mulheres entrevistadas são filiadas a grupos de natureza e finalidades diferentes. Essas diferenças são entendidas e conscientemente assumidas, porém não é o aspecto mais importante nem a maior motivação a impulsionar a prática associativa, conforme veremos na seqüência.

Predominam os interesses por atividades socioculturais, recreativas, incluindo atividades voltadas para o bem-estar físico e mental, tais como dança, tai-chi-chuan, musicoterapia, ginástica, yoga, trabalhos manuais (artesanais), teatro e outras.

De um modo geral as entrevistadas destacam o bem que as atividades trazem para as suas vidas: significam um período de crescimento, de ampliação da auto-estima e da sociabilidade. Destacam a dimensão da afetividade, da acolhida e a atenção que recebem. Geralmente comparam o ambiente do grupo com as relações familiares, em

que o cuidado e atenção ali recebida passa a fazer parte da sua rotina, “[...] *chegando a fazer falta nos finais de semana [...]*”. Talvez isso explique o grande número de entidades das quais passam a participar.

Assim temos o seguinte quadro: cinco pessoas informaram que participam de dois movimentos; oito entrevistadas participam de três grupos; quatro declararam pertencer a quatro entidades; sete participam de cinco e uma declarou participar de seis grupos.

6.3.1

Os depoimentos sobre os espaços associativos

a) *O aconchego dos grupos de convivência*

Os grupos de convivência são citados por algumas como “[...] *tudo na vida [...]*”. São tidos como substitutos ou complementares à família. Falam com emoção e carinho de tudo o que se relaciona com eles e a relação com a equipe de profissionais (no caso de grupos coordenados pelo poder público) é de afeto. Há uma espécie de entrega confiante em que os técnicos sempre sabem e fazem tudo de melhor para elas. Os depoimentos que se seguem, traduzem bem esse sentimento:

É tudo na vida. Além do acolhimento (aconteceu numa hora difícil: perda do marido). Supriu muito o ego, tanto emocional como afetivamente. É como uma família. Encontro no grupo, atenção. A realização está aqui. Sinto falta nos finais de semana [...] (M.M.N. – 67 anos).

Tem muitas pessoas que procuram o grupo como uma ‘válvula de escape’, uma terapia, uma gota de mel diante de uma colher de fel – que é a vida –, ao lidarem com doenças (próprias ou da família), com perdas, com a solidão. O grupo funciona ‘quebrando as arestas da chegada, levando as pessoas a refletirem sobre suas

*posições diante de si mesmas e da vida, no mundo’
(M.M.C. – 68 anos).*

Tornou-se a segunda família. Sinto falta das pessoas. Sou recebida com carinho e atenção. Quando estive doente recebia telefonemas do grupo e da instituição. Os professores são maravilhosos (M.A. – 72 anos).

O que não tive na juventude estou tendo agora. A professora é um ‘doce’, cuida de tudo e de todos (M.P.T. – 66 anos).

Apenas uma entrevistada teceu alguns comentários críticos sobre a falta de autonomia que passaram a ter após a vinculação do seu grupo à Prefeitura.

O Grupo de Convivência atualmente tem um tipo de atividade programada (direcionada pela Secretaria de Ação Social, que não possibilita criatividade). Antes havia mais palestra (N.M.R.- 76 anos).

Observa-se que, no geral, as participantes destacam as questões afetivas e as relacionadas à ampliação da auto-estima, inclusive propostas como as da UNATI/UFES, têm um rebatimento maior em questões ligadas à subjetividade. Evidentemente que citam os benefícios que a aquisição de conhecimentos traz, notadamente na ampliação dos direitos, mas dão destaque na atenção e no carinho que recebem das professoras e estagiárias, ou seja, evidencia-se a pureza dos processos interativos pautados nas questões mais imediatas do mundo da vida que passam a ter uma nova configuração, por serem partilhados intersubjetivamente.

b) A UNATI/UFES no cenário sociocultural dos participantes

Os depoimentos de entrevistadas participantes da UNATI/UFES que se seguem, são ilustrativos da percepção sobre a natureza diferenciada do programa por ser uma

proposta de caráter mais formativo. Sem deixar de reconhecer a importância dessa dimensão, não é essa a mais valorizada, conforme se apreende dos depoimentos:

Colhi bons frutos. As informações são recebidas com atenção. Gosto muito das palestras e dos professores. O acolhimento é a principal marca. Contribuiu para entender mais a vida, a família (N.P.V. – 70 anos).

Adquiri mais amizade. As estagiárias são atenciosas, explicam muito bem. É muito proveitoso porque se adquire mais experiência, apesar de que quando se leva algum texto para o grupo, reagem: “Isso aí é lá do seu estudo” (C.R.P. – 74 anos).

É importante pela atenção e pelo carinho que se recebe (A. – 72 anos).

A Unati é uma oportunidade de aprendizagem e de convívio (C.M.S. – 67 anos).

Complementa a informação e a convivência. Torna um ser humano mais completo, mais valorizado. A história de cada um, o convívio..., mas mostrando um lado melhor. Tornei-me menos tímida. A idade traz mais segurança. Ouvem-se muitas histórias (casamentos, filhos, sofrimentos) e isso valoriza mais a vida e as pessoas (C.M.S. – 67 anos).

A Unati é uma reunião de idosos para sair da ociosidade. Faz-se amizade, nova convivência com outras pessoas diferentes do seu dia-a-dia, sendo respeitada. Em todos os grupos há ternura e dedicação com os colegas. Imensa amizade é formada (A.F.M. – 80 anos).

Integração e organização. Não havia muita diferença entre as pessoas. É importante a descoberta das pessoas e a convivência (M.S.D – 67 anos).

A reflexão que se torna pertinente, portanto, é compreender o significado do entendimento das alterações que o sujeito sofre nos processos interativos como demonstrado por Elias (1994) e as implicações disso nas relações sociais. É de grande importância para situarmos o processo de sociabilidade dos atores desta pesquisa que, conforme vimos nos depoimentos, têm mais preocupação com a *forma do que com o conteúdo*.

Trata-se de melhor entender a relevância que a dimensão estética, material, festiva e prazerosa assume como objetivos maiores nos processos societários. Essa dimensão da sociabilidade é problematizada por Simmel (2006), ao tratar dos conteúdos materiais versus formas de vida social. Para esse autor, é possível diferenciar, em cada sociedade, forma e conteúdo, pois para ele, assim como para Elias (1994), a própria sociedade em geral significa a interação entre indivíduos e essa interação surge sempre de determinados impulsos ou busca de certas finalidades. Isso faz que o ser humano entre em uma relação de convívio, de atuação com referência ao outro. Vale dizer que ele exerce efeito sobre os demais e também sofre efeitos por parte deles. Essas interações significam que os portadores individuais daqueles impulsos e finalidades formam uma unidade – mais exatamente – uma *sociedade*.

Para Simmel (2006, p.60), essas matérias com as quais a vida se preenche, essas motivações que a impulsionam não têm natureza social. A fome, o amor, o trabalho, a religiosidade, a técnica, as funções ou os resultados da inteligência, em seu sentido imediato, não são, por si sós, sociais. São fatores de *sociação* apenas quando transformam a mera agregação isolada dos indivíduos em determinadas formas de estar com o outro e de ser para o outro. A *sociação* é, portanto, a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados –, se desenvolvem conjuntamente a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam. Esses interesses formam a base da sociedade humana.

Simmel (2006, p.63) refere-se à sociabilidade como forma autônoma ou forma lúdica da sociação, mostrando que esse processo também opera na separação daquilo que denomina de *conteúdo* e *forma* da existência social.

Na construção de Simmel (2006, p.64), quando os homens se encontram em reuniões, isso é sempre o resultado das necessidades e de interesses específicos. Só que, para além desses conteúdos específicos, todas essas formas de sociação são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar socializado, pelo valor da formação da sociedade enquanto tal.

Assim, para o autor, uma sociedade mantida por alguma finalidade consciente, seja estatal seja econômica, é *sociedade* no sentido amplo do termo. Mas somente o sociável é exatamente uma *sociedade*, sem qualquer outro atributo, porque representa a forma pura acima de todo conteúdo específico de todas as *sociedades* unilateralmente caracterizadas.

A sociabilidade é definida por Simmel (2006) como a forma lúdica de *sociação*. É oportuna a construção simmeliana sobre o impulso sociável e a natureza democrática da sociabilidade:

Quando nos atemos ao impulso sociável como fonte ou também como substância da sociabilidade, vemos que o princípio segundo o qual ele se constitui é: cada qual deve satisfazer esse impulso à medida que for compatível com a satisfação do mesmo impulso nos outros. Expressando esse princípio a partir do êxito, e não do impulso, torna-se possível formular da seguinte maneira o princípio da sociabilidade: cada indivíduo deve garantir ao outro aquele máximo de valores sociáveis (alegria, liberação, vivacidade) compatível com o máximo de valores recebidos por esse indivíduo (SIMMEL, 2006, p. 69).

Para Simmel (2006, p.71), se a sociação é, sobretudo, interação, então o caso mais puro de sociação é aquele que ocorre entre iguais, assim como simetria e equilíbrio são os elementos mais visíveis e ilustrativos das formas artísticas de estilização. À medida que, abstraída da sociação pela arte e pelo jogo, a sociabilidade demanda o tipo mais puro, claro e atraente de interação, aquela que se dá entre iguais.

As considerações sobre o processo de socialização conforme vimos, com Simmel (2006), nos levam a compreender com mais nitidez os processos associativos dos quais nos ocupamos neste trabalho, vez que passamos a compreendê-los não só a partir de sua expressão simbólica, mas, sobretudo, a partir dos processos interativos *puros*.

Outra vertente que nos ajudará nessa análise é entender esses processos em sua institucionalidade e na dimensão que eles assumem na perspectiva do cotidiano dos sujeitos. Nesse sentido, comporta retomar Berger e Luckman (1991).

Ao tratarem da realidade da vida cotidiana, esses autores sustentam que a vida cotidiana se apresenta como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles, à medida que forma um mundo coerente. A realidade da vida cotidiana se impõe à consciência de maneira mais maciça, urgente e intensa, apresentando-se como realidade por excelência.

Nesse caso, o mundo da vida cotidiana é tomado não somente como uma realidade certa pelos membros ordinários da sociedade na conduta subjetivamente dotada de sentido que imprimem às suas vidas, mas um mundo que se origina no pensamento e na ação dos homens comuns, sendo afirmado como real por eles. As interpretações pré-científicas e quase científicas sobre a realidade cotidiana, em seu senso comum, são admitidas como certas. Nas palavras de Berger e Luckman (1991),

Apreendo a realidade da vida diária como uma realidade ordenada. Seus fenômenos acham-se previamente dispostos em padrões que parecem ser independentes da apreensão que deles tenho e que se impõem à minha apreensão. A realidade da vida cotidiana aparece já objetivada, isto é, constituída por uma ordem de objetos que foram designados como objetos antes de minha entrada em cena. A linguagem usada na vida cotidiana fornece-me continuamente as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha significado para mim (BERGER; LUCKMAN, 1991, p. 38).

Na construção dos citados autores, a “[...] realidade da vida cotidiana está organizada em torno do ‘aqui’ de meu corpo e do ‘agora’ do meu presente. Este ‘aqui e agora’ é o foco de minha atenção à realidade da vida cotidiana” (BERGER, LUCKMAN, 1991, p. 39). Outro elemento fundamental na concepção dos autores sobre a vida cotidiana é a questão da intersubjetividade. Afirmam que a realidade da vida cotidiana se apresenta como um mundo intersubjetivo, “[...] um mundo de que participo juntamente com

outros homens [...]”. Essa intersubjetividade, dizem eles, diferencia nitidamente a vida cotidiana de outras realidades das quais se tem consciência. “Estou sozinho no mundo de meus sonhos, mas sei que o mundo da vida cotidiana é tão real para os outros quanto para mim mesmo”.

Berger e Luckman (1991) ainda sustentam que não se pode existir na vida cotidiana sem estar continuamente em interação e comunicação com os outros, pois a nossa atitude natural com relação a este mundo corresponde à atitude natural dos outros, que compreendem as objetivações, graças às quais este mundo é ordenado, e também organizam este mundo em torno do ‘aqui e agora’ de seu estar nele e ter projetos de trabalho nele. O que tem a maior importância, ressaltam os autores, “[...] é que eu sei que há uma contínua correspondência entre meus significados e seus significados neste mundo que partilhamos em comum, no que respeita à realidade dela” (BERGER; LUCKMAN, 1991, p. 40).

É importante destacar também nessas reflexões de Berger e Luckman (1991) que a atitude natural é a atitude da consciência do senso comum precisamente porque se refere a um mundo que é comum a muitos homens. “O conhecimento do senso comum é o conhecimento que eu partilho com os outros nas rotinas normais, evidentes da vida cotidiana” (BERGER, LUCKMAN, 1991, p. 40).

Neste ponto gostaria de introduzir uma reflexão sobre o conhecimento, que vai além do conhecimento da vida cotidiana. Um conhecimento que eleva a consciência para outro nível de entendimento da realidade social. Retomo essa questão no âmbito da pesquisa. Mesmo sendo claro que o encantamento maior das participantes da UNATI/UFES se refere ao convívio, à atenção e ao carinho que dizem receber, não se pode deixar de ressaltar que a percepção e o reconhecimento da importância dos conhecimentos adquiridos (na perspectiva acima aludida) foram demonstrados pelos participantes, conforme se evidencia nos depoimentos:

Aprendizagem maravilhosa. Cada módulo era um degrau que crescia. Tive conhecimentos sobre temas relacionados à vida social e familiar (M.M.N. – 67 anos).

*Mudei a percepção sobre a vida e a relação com os filhos
(M.M.N. – 67 anos).*

*Contribuiu para entender mais a vida, a família (N.P.V. – 70
anos).*

*Veio abrir caminhos. É um espaço onde se pode discutir o que
pensa (M.A. – 74 anos).*

*A UNATI traz muita coisa, muita clareza, muita sabedoria.
Aquilo que está guardado flui. Põe pra fora. É igual quando a
gente está adormecido e acorda (M.P.T. – 66 anos).*

A pesquisa realizada apresenta um nível de sociabilidade que tem na forma a sua principal marca e como objetivos centrais o pertencimento a um mundo comum o qual se torna objeto de apreensão a partir dos elementos do senso comum e da vida cotidiana. A centralidade da cena pública dá-se na potencialização do sujeito como elemento que busca alargar o seu reconhecimento e sustentação afetiva para o que a principal política é o investimento no prazer e na acolhida. Mas vimos, também, o interesse da potencialização desse sujeito para questões que extrapolam o âmbito acima configurado. O entendimento dessa questão requer pensarmos de forma mais ampliada o indivíduo nos processos sociais.

Touraine (1998, p. 67) procura dar um lugar à individuação dentro da racionalidade contemporânea. Para ele, numa situação que se define mais como um conjunto de processos de mudança do que como uma ordem social, não podem existir outros lugares de combinação de estratégia econômica e de identidades culturais fora do próprio indivíduo.

Assim, destaca o esforço do indivíduo para ser um ator, ou seja, para agir sobre o seu ambiente e criar assim a própria individuação, que ele chama subjetivação a partir do momento em que se torna um objetivo positivamente valorizado. Nas suas considerações, nosso comportamento individual e coletivo se organiza em torno de três

princípios: a racionalidade instrumental, a afirmação identitária e comunitária e a subjetivação, que é o desejo de individuação.

Nessa perspectiva, conforme Touraine (1998), a idéia do sujeito não define um ideal do eu nem representa o papel de um superego.

Cada um, a seu modo, os diversos espaços tratados neste trabalho podem contribuir para reforçar essa subjetivação. A experiência que se dá no Fórum Pró-cidadania do Idoso do Município de Velha pode ser um canal em que esse nível de qualidade nos processos societários se evidencie de forma bastante significativa e componha as dimensões pedagógicas, lúdicas e políticas, necessárias aos princípios organizativos conforme acima expostos. A questão é saber em que medida esse espaço está sendo apropriado em suas reais potencialidades, de modo a estabelecer um *divisor de águas* e um novo nível de qualidade aos sujeitos que dele participam. As minhas considerações sobre esse processo derivam do resultado da pesquisa e do papel assessor que desempenhei durante algum tempo no Fórum.

O que se expressa no resultado formal da pesquisa não pode ser considerado fora do contexto maior da experiência comunitária dos integrantes. Os participantes do Fórum (a maioria, mulheres) são lideranças antigas que coordenam os seus grupos também há muito tempo. Essas lideranças vêm de um longo e continuado processo de organização e envolvimento em movimentos sociais – revestidos de um caráter contestatório, de denúncia ou de visibilidade para uma questão pública, como tabagismo, segurança no trânsito, movimento pela paz, entre outros, a maioria das vezes respondendo a mobilizações de entidades públicas – e ocupam um lugar de mediação entre o poder público e os seus *liderados*.

Nessa perspectiva, participar do Fórum faz parte das atribuições do papel de coordenador. Tem-se observado um crescimento dessas lideranças nas pautas assumidas pelo Fórum, mas convivem com papéis de manutenção de práticas antigas e rotineiras nos seus grupos de origem. O protagonismo que se evidencia no Fórum se reveste de grande importância para os seus participantes diretos, mas não se pode dizer que esse exercício esteja sendo assimilado pelos grupos em geral, na mesma proporção.

c) O Fórum Pró-cidadania do Idoso na visão das entrevistadas

No Fórum há um aprofundamento de discussões para melhoria da qualidade de vida do idoso. Melhoria do relacionamento entre os grupos (N.M.R – 71 anos).

Tratam de temas de saúde, de convivência, da vida dos grupos, mas já foi melhor. Hoje o Fórum apresenta algumas ‘baixas’ (referindo-se a um certo esvaziamento) (A. – 72 anos).

A atuação do Fórum é boa, porém não há retorno pelos órgãos públicos. A prefeitura não dá apoio (A.F.M. – 80 anos).

O Fórum é um importante espaço de discussão, principalmente pela articulação e encaminhamento de proposta, mas muitos coordenadores de grupos estão ali para tirar proveito político (M.J.A.S. – 62 anos).

O Fórum é espaço para realização de Seminários, atos públicos, luta pela aprovação da política municipal do idoso, mobilização de grupos, repasse de informação para os grupos, parcerias com os conselhos (L.A.S. – 63 anos).

Os idosos estão sendo alfabetizados; participam de atividades mobilizadas pelo Fórum, como ato público (Referindo-se ao Fórum como espaço de mobilização política).

É o Fórum que garante os grupos. Repassa informações, mas atualmente está com redução de frequência (J.S.N. – 77 anos).

Como se observa, há uma percepção do papel político e da importância do Fórum, contudo não é mencionado o reflexo do que ali ocorre com os grupos que representam. Mostram que repassam informações para os grupos, no entanto não encontram a devida

ressonância. Geralmente mencionam o sentimento mais valorizado pelos grupos, que é a dinâmica de sua programação interna que possibilita a realização das atividades socioculturais – estas sim, tidas como as que dão sentido ao processo organizativo.

Nesse propósito, qualquer investida em nome do grupo deve ter como contrapartida o apoio material para possibilitar a sua programação, ou seja, aquilo que lhes possibilite lazer, entretenimento e confraternização. Daí a cobrança interna nos grupos por sentirem que o Fórum não consegue resposta para essa demanda nos órgãos públicos.

Os membros do grupo que eu represento acham que o Fórum não traz resultado (nada de bom para o grupo) ex: material, ajuda em passeios, etc. (A.F.M. – 80 anos).

Considerando o tempo de permanência no desempenho desse papel, não parece (pelo menos não foi demonstrado pelas entrevistadas) que esteja havendo alguma investida para trabalhar mais esta questão com os grupos.

Em contrapartida, os grupos geralmente são receptivos e fáceis de mobilização. Comparecem em massa a todos os atos e eventos públicos aos quais são chamados pelo poder público. Quando essa mobilização é feita por intermédio do Fórum, há uma preparação e encaminhamento (político) de reivindicação, protesto ou enfrentamento em face de alguma situação da qual e para a qual se considerem como portadores de direitos.

[...] o Fórum tem uma luta grande, entretanto não consegue contemplar as maiores dificuldades. Os grupos respondem bem sempre que são chamados para esses movimentos (M.M.L. – 70 anos).

É inequívoca a centralidade do papel das lideranças. É algo que merece um estudo mais aprofundado. Por serem lideranças antigas, algumas com 30 anos de exercício, têm um papel que oscila entre relações paternalistas, de dominação, de profundo afeto e proteção aos membros do grupo. Os participantes, por sua vez, têm por essas lideranças confiança, fidelidade e afeto.

d) A participação no conselho

A participação em conselhos emerge como a grande novidade e aquilo que confere maior qualidade política a esse ator social. Mas a participação ainda é muito pequena, tanto quantitativa quanto qualitativamente falando. Entrevistei seis mulheres participantes de conselhos, das quais quatro do Conselho Municipal de Vila Velha e duas do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Três dessas participantes têm uma história de participação política em movimento estudantil, movimento social da igreja ou comunitário.

Também como ocorre na representação do Fórum, as integrantes dos Conselhos, com exceção de duas que foram presidentes, colocam-se como representantes formais de suas entidades de origem. A idéia de conselho como instância política capaz de alterar correlação de forças, uma apreciação crítica sobre o papel dos conselhos ou ainda sobre próprio papel (das entrevistadas) no fortalecimento dessa instância não foi objeto de reflexão por ocasião da entrevista. Ficou mais evidenciada a idéia de uma entidade burocrática ou de um espaço de *aconchego*. Percebe-se uma re-significação da dimensão política para um papel de ajuda ou proteção.

O Conselho tem a finalidade de ajudar as pessoas. Há discussão sobre passagem de ônibus e tantas outras coisas. É um trabalho muito bonito. Ajudam as pessoas. Não existe discriminação (M.A. – 66 anos). (Enfatizou com emoção e, repetidas vezes, a sua acolhida e quanto se sentiu valorizada naquele espaço).

Foi muito marcante ter sido presidente. Foi um momento rico. O conselho tem a finalidade de ajudar na conquista de direitos (M.J.S. – 62 anos).

Luta pelos direitos dos idosos; participação em eventos; parceria com o poder público (L.A.S. – 63 anos).

*Corre atrás das leis. Visita doentes. Fui indicada pelo Fórum
(J.S.N. – 77 anos).*

Como se constata, são telegráficas as observações sobre o papel do conselho. Estimulei de alguma forma a reflexão sobre o tema, mas não insisti, deixando-as livre para manifestar o seu pensamento naquele momento. Não resta dúvida de que o Conselho tem sido um espaço, sobretudo pedagógico, para os seus integrantes⁶¹. A atuação ainda tímida que muitas vezes se traduz na responsabilidade de representar a sua entidade, sem grandes investidas políticas ou uma atuação mais ousada para equilibrar o jogo de forças que se estabelece na relação com o poder público, decorre de muitos fatores, conforme já expostos. Incluem-se na conta dessa fragilidade, entre outros aspectos, aqueles relacionados com a pouca tradição participativa da sociedade, o papel social da mulher já discutido no corpo deste trabalho, e o que não é menos relevante, o tempo em que essa prática se dá na gestão pública ou nos processos de controle da sociedade. Trata-se de uma novidade, de algo que ainda requer um tempo de absorção e de amadurecimento para o entendimento de que

[...] um dos elementos centrais constitutivos de espaços efetivamente públicos e democráticos é sua ocupação por sujeitos sociais capazes de tornar legítimas suas representações. E isso só é possível quando se constituem como sujeitos coletivos dotados de autonomia e se a legitimidade de sua representação for permanentemente ativada pela democratização radical dos mecanismos decisórios e pelo controle social exercido pelas bases que fundam essa representação. A questão do controle público, portanto, é central em todo o processo de conformação da esfera pública democrática, e supõe a criação de nova cultura política democrática que institua a alteridade, ou seja, o outro dotado de representação e protagonismo (SPOSATI; LOBO, 1992, apud RAICHELIS, 2000, p. 85).

É exatamente a frágil compreensão dessa dimensão da força que as representações de base podem imprimir aos processos decisórios vigentes que ainda tornam os conselhos (particularmente o de idosos, objeto deste estudo), numa posição assimétrica. A paridade apenas se constitui quantitativamente, cabendo à representação da sociedade civil, freqüentemente, o endosso das proposições do poder público, não raro sem questionamentos, sem a controvérsia ou o argumento que possibilitem a influência nas decisões políticas. Mudar essa correlação de força é um desafio para esse emergente

⁶¹ As observações que faço sobre esta questão decorrem da minha inserção também como membro de Conselhos de Defesa de Direitos da pessoa idosa em Vila Velha e Vitória, além, naturalmente, dos depoimentos colhidos na presente pesquisa.

canal de ampliação da democracia. Para isso, porém, muitas investidas deverão ser feitas, entre as quais um esforço permanente de qualificação. É por meio do desvendamento do *segredo* das artimanhas da burocracia pública e do jogo político rasteiro que a composição entre os entes públicos e privados pode ser revestida de um caráter efetivamente qualitativo e simétrico, no qual o respeito fundamente as relações constituídas pela norma.

Essa questão tem sido objeto de análise de outras pesquisas, entre as quais citamos Paz (2001), Prado (2006), Rodrigues (2006) e Goldman (2004). Nessas pesquisas, os autores constataam o frágil posicionamento político dos participantes, mesmo daqueles envolvidos em movimentos como fóruns e conselhos.

Paz (2001, p. 29) analisa os movimentos sociais de idosos, contextualizando-os no âmbito da cultura e da política e acentuando o reflexo da sociedade fragmentada na fragilização das suas lutas sociopolíticas. Diz o autor:

O idoso desarmado é reflexo da sociedade fragmentada, em especial da deteriorização que os trabalhadores, historicamente também desarmados, sofrem em seus espaços institucionais de luta e de seus instrumentos de reivindicação [...] Assim, os idosos de hoje, refletem a trajetória histórica dos trabalhadores, em que muitas de suas armas se encontram esvaziadas ou comprometidas particularmente no que diz respeito ao grau de mobilização e de organização.

Paz (2001) analisa, sob o aspecto da cultura, a fragilidade que é atribuída muitas vezes aos idosos, o que leva à produção da ‘necessidade’ de que outros os defendam ou lutem por eles.

Prado (2006) constata o mesmo cenário. A sua pesquisa revela que a percepção de direitos aparece enviesada, o que pode ser considerado decorrência da fragilidade do entendimento da participação política com suas lutas e negociações. Nas suas considerações, os idosos entrevistados têm uma grande dificuldade em se reconhecer *sujeitos de direitos*. O Estado aparece numa visão *paternalista* como concedente de direitos e, conseqüentemente, há uma visão turva em relação aos direitos enquanto outorga do Estado que se processa pela via de pressões e reivindicações (PASTORINI apud PRADO, 2006, p. 86).

Para Rodrigues (2006, p. 153),

[...] ao que tudo indica, a incipiente participação dos idosos nos espaços de discussão e tomadas de decisões de assuntos que lhes dizem respeito se deve à pouca familiaridade deles com a prática participativa, ao desconhecimento da importância dessa prática e também de seus próprios direitos.⁶²

Goldman (2004, p. 75) argumenta que, se a dimensão política é importante nas faixas etárias mais jovens, é crucial na vida dos mais velhos, cuja participação no setor produtivo costuma ser reduzida ou nula. Diz a autora:

O desencantamento com a política ficou patenteada na pesquisa que empreendemos. Muitos desistem de lutar e isso é altamente prejudicial, pois espaço de poder não fica vago. Se os idosos não ocuparem seu espaço político, certamente outros o ocuparão, com graves repercussões para os direitos sociais tão duramente conquistados pelos idosos na Constituição de 1988, na luta vitoriosa pelos 147% em 1992, pela promulgação da Lei 8.842/94 e pela aprovação do Estatuto do idoso, sancionado em 1º de outubro de 2003 pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Mas, se essa fragilidade ainda é uma marca nesses movimentos sociais, não se pode desconhecer o potencial de que se revestem e quão importantes podem constituir-se como instrumentos potencializadores de uma cultura que pode imprimir novos contornos ao processo de envelhecimento vigente. É esse também um posicionamento defendido por Goldman (2004, p. 73):

Entendemos os idosos como sujeitos históricos e, como tal, criadores e criaturas da sociedade da qual fazem parte. E, enquanto vivem, continuam a aprender permanentemente e a repassar o que sabem para a sua e para as demais gerações. A função social e política dos velhos há que ser conquistada no cotidiano, construída e, sempre em processo de dinamismo, compatível com a sociedade.

Nas palavras de Dagnino (2002, p. 286), os espaços públicos

[...] estão colocando o aprendizado da tarefa da construção hegemônica, que requer o reconhecimento da pluralidade como ponto de partida de um processo de busca de princípios e interesses comuns em torno dos quais a articulação das diferenças abra caminho para a configuração do interesse público.

⁶² Lizete Rodrigues analisa, na sua dissertação de mestrado, a história das relações sociais das pessoas com 60 anos ou mais, no município de Vitória, por meio de uma análise dos efeitos da Política Nacional do Idoso (PNI) no comportamento do poder público e da sociedade para com esse contingente populacional, no período compreendido entre 1994 e 2004.

Nogueira (2004) é preciso na sua interpretação quando diz que hoje, quarenta anos depois de 1964, a sociedade, mesmo cortada por vetores de despolitização e individualismo, muito fragmentada e dinamizada por uma onda capitalista *selvagem* não é uma sociedade parada no tempo ou desinteressada do seu futuro. Nogueira (2004) compõe um belo perfil dessa sociedade, quando diz:

Ao seu modo está indo à luta: questionando escolhas eleitorais, apoiando governos que se mostram à altura dos fatos, interpondo uma pauta ‘social’ à agenda política nacional, agitando-se e protestando [...] onde exhibe seu descontentamento e sua disposição de mudar. Não se mostra facilmente componível e tem cobrado um alto preço de todos aqueles que se dispõem a tentar algum movimento virtuoso de integração e de recomposição social. Mas está aí, às portas do poder, nas ruas e nos campos do país. Diversificada, colorida, fragmentada, tensa e contraditória (NOGUEIRA, 2004, p. 25).

É nessa dialética, portanto, que se podem interpretar as fragilidades e o potencial de que se revestem essas modalidades participativas. Ao tempo que constatamos um grande desconhecimento das verdadeiras finalidades dos conselhos pelos participantes dos grupos e mesmo pelos integrantes dos conselhos que participaram desta pesquisa, ao se considerarem mais como cumpridores de uma tarefa para a qual foram delegados – que significa motivo de distinção, sem realçarem a diferença e o alcance que essa prática coletiva imprime aos movimentos sociais –, encontramos depoimentos (ainda poucos) como este:

Cresci muito. Tive que buscar informações e conhecimento, o que trouxe elementos para posicionar-me face ao poder público. Continuo lutando pela capacitação dos conselheiros. O Conselho do Idoso é uma referência dentro do município de Vila Velha. Os conselheiros participam, com regularidade. As dificuldades são que, em Vila Velha, o idoso não tem o reconhecimento dos direitos que é portador. Não há política pública para idoso carente. As leis não são cumpridas (N. M.R. – 71 anos).

6.3.2

O movimento mais importante

A maioria das entrevistadas considera que as entidades de que participam são importantes e cada uma cobre uma dimensão. Quatro pessoas destacaram os Grupos de Convivência como mais importantes; três citaram a UNATI/UFES e as demais entidades (Fórum, Conselho, e Movimento Comunitário) foram citadas apenas uma vez. Esse dado reafirma que não é a dimensão organizativa, na perspectiva política, o mais importante na ocupação de espaços públicos.

a) A avaliação dos movimentos pelas entrevistadas

No geral todas as entrevistadas avaliam bem os movimentos de que participam. Os grupos são tidos como uma espécie de redoma que acolhe, dá aconchego e segurança afetiva. É ali que encontram possibilidade de crescimento pessoal, confraternização e melhoria da vida nos seus aspectos familiares, emocionais e lúdicos. Para muitos, o grupo é uma segunda família: “[...] *aqui é a minha vida* [...]”, diz uma entrevistada (o que, aliás, é demonstrado por outras participantes.).

É uma alegria fazer as atividades, mais o fato de estar junto com pessoas da mesma idade, partilhando. É uma forma de terapia. É uma forma de os problemas não se acumularem (N.F.G. – 71anos).

Gosto de tudo. O acolhimento é a principal marca. Contribuiu para entender mais a vida e a família (N.P.V. – 70 anos) (Refere-se à afetividade como a principal marca dos movimentos de que participou).

O Grupo tem tido um papel importante. Tira as pessoas da depressão. É um suporte, inclusive para a saúde das pessoas. Vão às comemorações da Assembléia Legislativa e às

manifestações públicas. Curei a depressão no grupo. Aqui é a minha vida (J.S.N. – 77 anos).

De um modo geral, os aspectos relacionados à subjetividade e à ampliação da autoestima são colocados como os pilares e a grande resposta que têm obtido na experiência associativa. Não raro, as falas emocionadas, o brilho nos olhos e a defesa firme de que aquela foi a responsável pela grande guinada e pelas conquistas que atualmente configuram o seu papel social e familiar são evidentes e a principal marca. O sentimento que predomina é o afeto. Este talvez seja um elemento importante para analisar uma postura pouco crítica ou analítica com relação a questões mais amplas ou estruturais, que, em princípio, se espera brotar numa experiência associativa, principalmente se considerarmos fatores, como o tempo de permanência, as informações repassadas e a recorrência dos problemas.

Evidentemente há algumas posturas críticas, mas elas são mais direcionadas à orfandade do movimento na relação com o poder público, pelo não atendimento às suas demandas materiais.

A participação dos Coordenadores deveria ser maior. (Referência à participação no Fórum). Há ausência do poder público (L.A.S. – 63anos).

Há muita luta. O povo ajuda o povo, mas falta vontade política. (Referência aos gestores públicos). No grupo de idosos, os depoimentos são muito positivos (M.G.R.O. –59 anos).

Não considero pontos negativos. O grupo de convivência (do qual é coordenadora), não tem espaço físico. Tenho vontade de acabar com o grupo. Faço praticamente tudo sozinha (C.R.P. – 74 anos).

Acho todos bons. Há necessidade de mais recursos (M.P.T. – 66 anos).

O Grupo de Guaranhuns precisa de espaço para funcionar. Os demais são muito bons (A. – 72 anos).

Algumas entrevistadas, coordenadoras de grupos, criticam a falta de ressonância quanto às informações repassadas aos respectivos grupos, sobretudo as relacionadas às políticas públicas e ao papel que poderiam ou deveriam ter nessa questão, mas a um tempo defendem a receptividade dos membros do grupo para ações de caráter público, sempre que são convocados.

Os grupos batalham, mas não têm retorno. A coordenadora traz as informações, mas o grupo precisa de mais incentivo, mais conhecimento. O fato de sair de casa já é algo positivo (A.F.M. – 80 anos).

O Fórum tem uma luta grande, mas não consegue contemplar as maiores dificuldades. Os grupos respondem bem sempre que são chamados para esses movimentos (M.M.L. – 70 anos).

Outro aspecto que foi muito enfatizado foi o papel dos grupos na aprendizagem, troca de experiência e maior entendimento da vida, com os reflexos evidentes que isso traz para a vida familiar. Nesse particular, foram evidenciados alguns elementos dificultadores da participação de mulheres aposentadas, idosas, nos movimentos, como o fato de ter que cuidar de netos. É interessante que muitas mulheres, para garantirem tempo para os grupos (como vimos, em alguns casos, chegam a ser cinco ou seis), têm de organizar muito bem este tempo para dar conta das tarefas domésticas, preparo de alimento e cuidado dos netos.

O grupo possibilita visualizar as diferenças e a homogeneidade existente (M.M.C. – 68 anos).

Sempre recebi muito. Aprendi muito por estar envolvida (N.R. – 71 anos).

A confraternização é muito boa. Sinto-me feliz por participar (C.G.B. – 74 anos).

Todos (os grupos) foram importantes. Cada um trouxe a sua contribuição. A política é fascinante. A democracia requer conhecimento dessa participação (M.J.A.S. – 62 anos).

Cada um tem a sua importância. Um vai acrescentando ao outro (M.S.D. – 67anos).

Transmitem conhecimentos. Há troca de experiência, inclusive com outras gerações. A vida ganha novo sentido (S.S.P. – 71anos).

Sinto o crescimento do grupo. Mas tem muita avó cuidando de neto e isto impede um maior envolvimento das mulheres. Tem sido um espaço de crescimento (M.G.R.O. – 59 anos).

Como já foi evidenciado, são poucas as avaliações críticas quanto à natureza das propostas grupais, do papel do poder público – quer nas relações institucionais com os grupos, quer no que se refere ao papel de gestor de políticas. Há algumas manifestações sobre a necessidade de maior conhecimento para fortalecer essa dimensão política emancipatória.

Não considero nada negativo, mas acho pouca divulgação da UNATI (N.F.G. – 71 anos).

Não há pontos negativos. Todos trouxeram contribuição para o crescimento (M.M.N. – 67anos).

As pessoas que participam são exigentes, mas não cumprem muito o que decidem (J.O. S. – 69 anos).

Tempo muito restrito na UNATI. Muitos feriados e as aulas reduzidas (M.A. – 74 anos).

Precisam levar mais conhecimento da realidade, dos direitos (I.B.C. – 60 anos).

O Grupo de Convivência atualmente tem um tipo de atividade programada (direcionada pela Secretaria de Ação Social, que não possibilita criatividade). Antes havia mais palestras (N.M.R. – 76 anos).

A UNATI exerce pouco controle e há alunos tomando as vagas de outros (referência a alunos que se inscrevem e começam a faltar sem desistir formalmente, impedindo o ingresso de outros). É necessária uma reflexão sobre a Escola Pública (N.M.R. – 76 anos).

Talvez seja esta uma dimensão para a qual os gestores de grupos e movimentos devam, sem represar os interesses manifestados - e que asseguram o *gosto* pelas práticas interativas – investir, no sentido de um equilíbrio que favoreça a subjetividade voltada também para uma perspectiva emancipatória. É preciso, como ressalta Nogueira (2004, p.62-63):

[...] que se compreenda que a política implica uma disposição (ética, existencial, intelectual) tanto nos indivíduos quanto nos grupos, para sair de si e pensar o outro: pensar, portanto, o conjunto dos interesses, a correlação de forças, o governo, a dominação, as necessidades e as possibilidades. Seu campo específico – aquele no qual ela revela sua virtude e sua potência – está além das corporações, que são por ela, porém, plenamente reconhecidas e assimiladas. [...] Quanto mais política houver, ou quanto mais politizada for uma comunidade, maiores chances existirão de que desejos, paixões e pulsões entrem em cena, sejam respeitados e produzam decisões que interessem a todos e vinculem todos.

O estudo da prática associativa de mulheres idosas, além dos temas anteriormente descritos, contemplou alguns outros temas para que houvesse parâmetros mais ampliados de análise das principais características e do sentido dos movimentos para a sua condição de sujeito. Um dos temas considerados como pertinentes diz respeito ao significado da atuação pública, por mulheres em processo de envelhecimento, e na mesma medida, a ausência masculina nesses mesmos espaços.

b) A predominância de mulheres nos espaços associativos

Indaguei às mulheres por que razão há pouca participação de homens nos grupos. De acordo com as respostas obtidas, há uma polaridade na aceitação da velhice e da busca de atividades associativas nessa fase pelos homens e pelas mulheres. As mulheres são mais abertas e dispostas a novas investidas, novos aprendizados e novas experiências socializadoras.

Alguns motivos são destacados como relevantes. Os grupos são tidos para muitas mulheres como uma porta que se abre no deslocamento para um mundo público, diferente, inovador, onde será possível sair de casa, legitimamente extravasar, dar asas à liberdade. Sobre essa questão, os movimentos associativos são uma compensação pelo fato de a mulher ter estado muito ausente da vida em sociedade, muito confinada ao âmbito doméstico. É uma compensação da solidão e da viuvez. É um mecanismo de sustentação para os problemas pessoais, como mostram os depoimentos:

Os homens são machistas e não assumem a chegada da idade. É um meio de as mulheres extravasarem muito os problemas da família. Para algumas, a oportunidade de sair de casa. Foi uma porta que se abriu para dar oportunidade de dar continuidade à vida e para o próprio ego. Apesar do vazio, é uma sustentação. Sai leve para casa, satisfeita. (M.M.N. – 67 anos).

As mulheres estão mais conscientes do seu papel de mobilização, das questões de saúde. E porque há muita solidão. Ir aos grupos é uma forma de busca de convivência e aliviar a sua própria solidão (M.J.S. – 62 anos).

As mulheres foram muito reprimidas. Muito domésticas. Com o movimento feminista sentiram o ‘cheiro da liberdade’. Os homens são ‘sonsos’, mas indiretamente absorvem os conhecimentos e a experiência que as mulheres absorvem nos espaços associativos (I.B.C – 60 anos).

Mulheres viúvas. Os homens preferem ficar mais na pracinha. São acomodados. E são minoria⁶³ (J.S.N. – 77 anos).

Por causa do machismo dos homens. E porque as mulheres são mais acostumadas a ir para reuniões, para a igreja e também porque tem muitas viúvas (M.M.L. – 70 anos).

Talvez porque a mulher tenha mais tempo que o homem. São viúvas, aposentadas. Não têm compromisso de horário. O homem é machista e acha que isto não leva a nada. Por comodismo (E.A.N. – 71 anos).

Essa prática associativa é mais procurada pelas mulheres, segundo elas, tanto pela possibilidade de aquisição de conhecimentos e de demonstração de potencialidades, quanto, em muitos casos, por uma fuga. De qualquer forma, fica evidente que é uma prática que encontra mais ressonância nas mulheres, não só pela natureza das programações, mas também pelo fato de as mulheres participarem mais de reuniões e eventos religiosos.

A mulher foi muito ausente da vida em sociedade. Quando ela começou a descobrir isso, despertou uma busca por conhecimento, por viver fora de casa, fora do serviço doméstico. Aí ela começa a se envolver em trabalhos associativos. Nessas instâncias a presença da mulher é expressiva e ela tem se sobressaído. É uma forma pessoal dela se conhecer mais, mostrar o seu potencial, ou também, alguma fuga (N.M.R. – 71 anos).

Os homens, na percepção das mulheres entrevistadas, são pouco receptivos a essas práticas por comodismo, preconceito, dificuldade de assumir a idade, por uma cultura de dominação e pela sua inserção no mundo do trabalho, de modo a não valorizar o retorno que esse tipo de atividade pode trazer. Para muitas entrevistadas, o principal

⁶³ Alusão ao aumento da população idosa feminina.

fator é a cultura machista e narcisista do homem. Hoje, aposentados do trabalho, segundo alguns depoimentos, os homens também se aposentaram de tudo o que lhes traga compromisso. Só gostam de participar de atividades de lazer, como dança, jogos, ou idas a bares ou pracinhas. Fica evidente, na opinião das entrevistadas, que aqueles não são espaços que se encaixam na cultura masculina de velhos aposentados.

Os homens não gostam de se dobrar a determinadas coisas. São 'machões'. Só gostam da dança pelo aspecto físico. Achrom que nessa idade já não aprendem mais nada (N.F.G. – 71 anos).

A cultura do homem (machista) com padrões de atividades definidas e vinculadas ao mundo do trabalho (M.M.C. – 68 anos).

Os homens são comodistas. Preferem ficar jogando. Não se interessam. A mulher vai atrás. O homem é mais difícil de agrupar-se com outros homens sozinhos. (J.O.S. – 69 anos).

Os homens são muito machistas. Estão muito arraigados a uma cultura de dominação. (M.A. – 74 anos).

Os homens preferem ficar na pracinha. Só gostam de baile (L.A.S. – 63 anos).

O homem se acomoda mais. O homem aposentado gosta de ficar em casa vendo TV. Por terem trabalhado a vida inteira, querem ficar em casa, desfrutando. (C.M.S. – 67 anos).

A mulher gosta mais de participar. O homem é machista. Acha que esta participação é coisa de mulher e é comodista (N.M.R. – 76 anos).

Há um aspecto interessante: na manifestação das mulheres, além do preconceito dos homens quanto à natureza das atividades consideradas como femininas, algumas

afirmam que eles apresentam uma resistência à velhice. Parece paradoxal, visto que o senso comum atribui essa resistência mais às mulheres, por questões de ordem estética.

Os homens têm preconceito. Acham que é coisa de velho e querem ser jovens. Não assumem. (M.S.D. – 67 anos).

Os homens são acomodados e não assumem o envelhecimento. A mulher assume mais e tira proveito desse envelhecimento. O homem tenta se enganar. Acham que não se encaixam naquele espaço (M.G.O. – 59 anos).

Preconceito do homem, por não querer envelhecer (S.M.P. – 71 anos).

É interessante destacar que essa resistência desaparece quando o casal participa de um determinado grupo. Na UNATI/UFES, há casais (apesar de poucos) que participam por longo período, de forma muito ativa, o que é menos comum nos grupos de convivência. Talvez isso se dê pela natureza da programação. Mas o depoimento de uma participante de grupo de coral, que tem o seu marido participando das atividades, confirma essa tendência:

O homem tem vergonha de dizer que é idoso e participar, o meu marido, porém, gosta (C.G.B. – 74 anos).

Essa questão já foi bem analisada por Debert (1999). A autora discorre sobre as características e a natureza dos sentimentos em torno de Associações de Aposentados e de Programas para a Terceira Idade (entre os quais se incluem os grupos de convivência). Ressalta que, nos debates e nas reuniões de especialistas em questões ligadas ao envelhecimento, têm sido freqüentes as lideranças dos aposentados convidados expressarem suas diferenças em relação aos programas para a Terceira Idade por meio da oposição entre lazer e política. “O lugar da política é a associação, os programas tem a ver só com o lazer”. Para a autora,

[...] os espaços criados em torno da aposentadoria e da terceira idade envolvem formas distintas de se contrapor a estereótipos e discriminações. O movimento dos aposentados pretende estabelecer uma aliança com outros setores desprivilegiados da sociedade, na luta pela redistribuição da renda e por direitos sociais. Nos programas para a terceira idade o acento é posto nas mudanças culturais (DEBERT, 1999, p. 182).

Debert (1999, p. 181) coloca que “[...] nos programas para a terceira idade, o capital cultural e social dos participantes é fundamental nas escolhas realizadas, mesmo quando as opções são muito limitadas”.

Os grupos de convivência, talvez dada à natureza da sua programação, têm sido muito atraentes para as mulheres. Lá elas passam a ter um espaço em que partilham sentimentos e experiências em atividades que não destoam muito daquelas consideradas de *natureza feminina*, como trabalhos manuais, educação artística (artesanato), atividades religiosas e outras. Advém daí uma das resistências dos homens em fazer parte dos grupos de convivência.

Retornando à reflexão sobre o capital cultural dessas mulheres, não se pode deixar de levar em conta que, na sua trajetória, elas tiveram pouca oportunidade de decisões autônomas e posicionamentos políticos capazes de influenciar mudanças em projetos societários mais amplos. Não resta dúvida de que esses grupos têm sido um demarcador importante na ‘vivência da liberdade’ dessas mulheres. Entretanto, não se pode deixar de admitir que eles (os grupos) ainda não se constituem em um instrumento pedagógico que possibilite a constituição de um sujeito mais crítico e propositivo em face das imensas demandas da nossa sociedade. Como já enfatizado, para muitas pessoas, inclusive gestores de políticas públicas, esse não deve ser o objetivo de um grupo de convivência.

A questão da mulher não é muito demarcada, pelo menos com relação a um posicionamento político sobre o papel da mulher idosa, no âmbito de uma sociedade que envelhece. Igualmente, não se percebem rupturas que alterem o modelo de estrutura familiar e possibilitem às mulheres a plenitude da liberdade que elas afirmam, enfim, haver conquistado. A liberdade que se constata é, em muitos casos, condicionada à organização das tarefas domésticas. O discurso que se evidencia nos depoimentos aponta para uma compreensão mais geral dos papéis sociais do homem e da mulher, para o que – acredito – o feminismo, como movimento social amplo, contribuiu para

pautar determinada compreensão de mundo e posicionamentos, sobretudo no aspecto relacional-cultural.

c) As preocupações nas pautas dos grupos

Procurei saber das entrevistadas que preocupações as mulheres, participantes dos seus grupos, manifestam nos encontros. Houve quase unanimidade na problemática familiar como uma das principais questões evidenciadas. Geralmente são preocupações com filhos ou netos no que se refere a problemas financeiros, ao uso de drogas, ao consumo de álcool ou a problemas de relacionamento. Nesse particular, há uma situação bastante característica, que é o suporte dessas mulheres e a responsabilidade delas para com a família, seja quanto ao aspecto financeiro, seja quanto ao cuidado. Vejamos os depoimentos:

Preocupações com netos. Às vezes deixam de ir para as atividades para cuidar dos netos e do marido. Preocupam-se também com a saúde (N.F.G. – 71 anos).

Em relação à doença (própria e da família) e conseqüência de perdas anteriores. Depressão (M.M.C. – 68 anos).

Com a família, filhos drogados. Poder aquisitivo de filhos que oneram os pais, bebidas (N.P.V. – 70 anos).

Muitas mulheres criam netos e falam da vida delas e das dificuldades da vida (C.R.P. – 74 anos).

Os filhos (drogas, homossexualismo), com a família. Ansiedade de assimilar, não ficar na mesmice (I.B.C. – 60 anos).

Reclamam da vida em família. Reclamam do marido que fica em casa, atrapalhando. O marido em casa, tira a liberdade (C.M.S. – 67 anos).

Preocupações com família. Tomar conta de neto. Relato de bebidas de marido. Gostam do grupo por causa da amizade, do convívio com colegas (A.F.M. – 80 anos).

Com a família. Muitas ficam tomando conta de netos e o dinheiro da aposentadoria é para ajudar a família. Filhos com dependência química (M.S.D. – 67 anos).

Relatos sobre saúde. Própria ou da família. Relato de problemas familiares (L.A.S. – 63 anos).

Administração do dinheiro. Está criando netos e com as drogas, tem que dividir o dinheiro da aposentadoria (E. – 71 anos).

Mulheres que cuidam de netos. Dão suporte para os filhos trabalhar. Relato de empréstimo em Banco. Sustentam a família (J.S.N. – 77 anos).

Questões relacionadas à solidão e à falta de afeto (na companhia do marido ou não), também comparecem bastante nos depoimentos. Mais uma vez, evidencia-se a questão que vem determinando a vertente mais valorizada pelas mulheres nesse protagonismo, que é a sua vida pessoal ou familiar. A partilha e busca de sustentação para o enfrentamento de problemas que – por não serem apenas seus – acabam sendo mitigados na vivência grupal. Eis uma fecunda via de análise do uso de espaços públicos como espaços de exposição de dramas privados, como nos mostra Bauman (2001). Uma participante da pesquisa diz em alusão a aspectos valorizados por componentes do seu grupo: “[...] a preocupação com a política, incomoda”.

É diversificado, mas há preocupação com distração. Não há muita preocupação política. Isso incomoda muito (M. J. A. S. – 62 anos).

Relacionamento com os filhos. Desobediência dos jovens. Mas não sabe se os jovens têm tanta culpa. É necessário algum

limite. As pessoas às vezes expõem certas situações. Não há muito interesse pela política (E.A.N. – 71 anos).

Nessa questão fica evidente o distanciamento de muitas participantes dos grupos (principalmente de convivência) com relação à política. Retomo uma reflexão de Prado (2006, p.83), que desenvolveu uma pesquisa com participantes de grupos de convivência: “A frágil compreensão acerca de seu papel no próprio programa leva a maioria dos idosos a se omitirem acerca da dinâmica do programa. Muitos deles se posicionam subalternamente acerca dessa questão e expressam uma intensa ingenuidade e resignação [...]”.

Contudo, não se pode deixar de reconhecer o papel que os grupos de convivência estão desempenhando no processo de socialização dessas mulheres. Considero-os como um instrumento que está possibilitando uma transição, um aprendizado; mesmo com um acento em atividades culturais, estão tirando a mulher do seu isolamento, contribuindo para fortalecer experiências socializadoras que por si remodelam os sujeitos. A grande questão é saber o direcionamento desses sujeitos individuais, fortalecidos. Se essa sociabilidade é apenas, como diria Simmel (2006, p. 82), “[...] um convencionalismo e uma troca internamente estéril de formas [...]” – numa alusão à superficialidade das relações sociais, pelo seu caráter de distanciamento da realidade imediata. Algo como a metáfora usada por Berger e Luckman (1991) sobre a opacidade do mundo cotidiano com relação à totalidade desse mesmo mundo:

Meu conhecimento da vida cotidiana tem a qualidade de um instrumento que abre caminho através da floresta e enquanto faz isso projeta um estreito cone de luz sobre aquilo que está situado logo adiante e imediatamente ao redor, enquanto em todos os lados do caminho continua a haver escuridão (BERGER; LUCKMAN, 1991, p. 66).

Em meu entender, a saída dessa *escuridão* pressupõe um exercício dialético que autores de inspiração marxista propõem na análise do cotidiano. Não estou querendo nenhuma composição eclética para a explicação do fenômeno. Ao contrário, estou assumindo que a ruptura com esse cotidiano pressupõe um entendimento da realidade nas suas múltiplas e contraditórias determinações, ou seja, requer um entendimento e uma prática social que leve em conta uma realidade para além daquilo que se apresenta ao nosso senso comum. Ao mesmo tempo, comungo com os autores que, mesmo levando em

conta essa qualidade na interpretação do mundo, não abdicam de considerar o cotidiano, portanto o senso comum como componente estruturante dessa concepção social e histórica da realidade social. Apóio-me em Heller (1992) quando analisa a dimensão individual e genérica do homem em seu processo histórico. Para essa autora, a vida cotidiana é a vida de *todo* homem. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há nenhum homem por mais “[...] insubstancial [...]” que seja, que viva tão somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente (HELLER, 1992, p.17).

Para a autora, a vida cotidiana não está *fora* da história, mas no centro do acontecer histórico: é a verdadeira *essência* da substância social. Na sua análise a vida cotidiana é a vida do indivíduo. As necessidades humanas tornam-se conscientes no indivíduo, sempre sob a forma de necessidades do EU.

Enquanto indivíduo é o homem um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano; mas o representante do humano-genérico não é jamais um homem sozinho, mas sempre a integração, bem como, freqüentemente, várias integrações – cuja parte consciente é o homem e na qual se forma sua “[...] consciência de nós [...]” (HELLER, 1992, p. 21).

Ao tempo que admite essa composição e a elevação do individual para o genérico, Heller destaca que “[...] a atividade prática do indivíduo só se eleva ao nível da práxis quando é atividade humano-genérica consciente. Na cotidianidade, a atividade não é mais do que uma *parte* da práxis, [...] sem com isso transformar em novo o já dado” (HELLER, 1992, p. 32).

Heller (1992) chama a atenção também para o fato de que a vida cotidiana, de todas as esferas da realidade, é aquela que mais *se presta à alienação*. Na cotidianidade parece *natural* a desagregação, a separação de ser e essência. Na coexistência e sucessão heterogêneas das atividades cotidianas, não há por que se revelar nenhuma individualidade unitária; o homem devorado por e em seus *papéis* pode orientar-se na cotidianidade por meio do simples cumprimento adequado desses *papéis*.

Outra interpretação do cotidiano dá-se pelas lentes da filosofia, tendo em autores, como Karel Kosik e Henri Lefebvre, duas expressões de grande relevância. Não cabe aqui um aprofundamento dessa categoria com base na consistente análise dos autores citados. Apenas tomo alguns elementos conceituais que permitem uma compreensão mais ampliada do fenômeno e informam com mais clareza as possibilidades e os limites do entendimento da realidade social na vida cotidiana.

Nas considerações de Kosik (1986, p. 72),

[...] a cotidianidade é o mundo fenomênico em que a realidade se manifesta de um certo modo e ao mesmo tempo se esconde. A cotidianidade desvenda a verdade da realidade, pois a realidade, à margem da vida de cada dia, seria uma irrealidade transcendente, isto é, uma configuração sem poder nem eficácia; do mesmo modo, porém, também a esconde: a realidade não está contida na cotidianidade imediatamente, e na sua totalidade; está contida por certos aspectos determinados e mediatamente. A análise da vida de cada dia constitui – em certa medida apenas – a via de acesso à compreensão e à descrição da realidade; além das suas possibilidades, ela falsifica a realidade.

Para Kosik (1976, p. 73) se a cotidianidade é a “[...] característica [...]” fenomênica da realidade, a superação da cotidianidade *reificada* não se processa como salto da cotidianidade à autenticidade, mas como destruição prática do fetichismo da cotidianidade e da História; isto é, como eliminação prática da realidade reificada.

A construção de Lefebvre (1991) nos leva a compreender o distanciamento entre a filosofia e a vida cotidiana enquanto nos mostra o quanto ambas necessitam uma da outra. Nesse sentido, o autor admite que a vida cotidiana se apresenta como não filosófica, como mundo real em relação ao ideal (e ao conceito de mundo). Diante da vida cotidiana, a vida filosófica pretende ser superior e descobre que é vida abstrata e ausente, distanciada, separada. A filosofia tenta decifrar o enigma do real e logo em seguida diagnostica a própria falta de realidade; essa apreciação lhe é inerente. Ela quer realizar-se, e a realização lhe escapa; é preciso que ela se supere como vida filosófica. Para o autor, fica aberto apenas um caminho: descrever e analisar o cotidiano com base na filosofia, para mostrar sua dualidade: decadência e fecundidade, miséria e riqueza. Isso implica o projeto revolucionário de um parto que tire do cotidiano a atividade criadora inerente, a obra inacabada.

Lefebvre (1991) fala da alienação do filósofo e a do não-filósofo.

Este, privado de clareza conceptual, cego e tateante, permanece fechado numa existência estreitamente limitada. O conceito de cotidianidade provém da filosofia e não pode ser compreendido sem ela. O pensamento só pode levá-lo em consideração no decorrer de uma crítica da filosofia. [...] O conceito de cotidianidade exprime, antes de tudo, a transformação do cotidiano vista como possível em nome da filosofia. Também não provém da filosofia isolada; ele nasce da filosofia que reflete sobre a não-filosofia, o que é, sem dúvida, o arremate supremo da própria superação (LEFEBVRE, 1991, p. 19).

Vale a pena ficar um pouco mais com esse autor, que nos mostra, de forma veemente, a necessidade da não-separação entre essas duas instâncias, como fica evidente nesta construção:

Não deixaremos escapar nenhuma ocasião de protestar contra os filósofos que mantêm assim a tradição filosófica e fazem de suas filosofias uma barragem; elas interditam qualquer projeto de transformação desse “mundo”; elas consagram a separação entre o fútil e o sério; elas apartam definitivamente, de um lado, o Ser, a Profundidade, a Substância e, de outro, os fenômenos, o superficial, as manifestações (LEFEBVRE, 1991, p. 19).

Na seqüência de suas reflexões indaga: “[...] o cotidiano não constituiria uma primeira esfera de sentido, um domínio no qual a atividade produtora (criadora) se projeta, precedendo assim criações novas?” (LEFEBVRE, 1991, p. 19).

Pondera sobre o fato de que, embora o filósofo salte sobre os fragmentos, os determinismos e opressões que configuram este mundo para se estabelecer na sua verdade não resolverá em nada o problema. À alienação filosófica, verdade sem realidade, corresponderia ainda e sempre a alienação cotidiana, realidade sem verdade.

Essas considerações nos levam a entender a passagem do mundo cotidiano para um nível superior de análise da realidade. A prática cotidiana, portanto, tomada em sua dimensão utilitarista (*ações repetitivas e automatizadas*) de uma *práxis no seu aspecto fenomênico alienado, pseudoconcreto*, adquire sentido e se afasta dos riscos da manipulação.

Conforme enfatizei ao introduzir essa reflexão, o propósito foi o de percorrer as possibilidades teóricas de interpretação da realidade cotidiana, notadamente na proposição metafórica de Berger e Luckman (1991, p. 66) – a dos efeitos “[...] do foco de luz sobre aquilo que está situado logo adiante e imediatamente ao redor, enquanto em

todos os lados do caminho continua a haver escuridão [...]”, em referência à *opacidade* do mundo contemporâneo. Retomo, então, o ponto de onde parti para essa inserção teórica: os efeitos políticos da prática associativa das mulheres em Grupos de Convivência.

Como já tenho repetido, essa dimensão da saída do senso comum (ainda) não é apropriada por grande maioria da população objeto de estudo neste trabalho. Creio, contudo, que se pode relativizar um pouco essa polaridade. Se o interesse em questões pessoais ou do cotidiano familiar estreitam o horizonte com relação a uma perspectiva política mais ampla, nem por isso elas podem ser consideradas como vazias de conteúdo político na medida em que as questões imediatas, das privações, da violência, da falta de saúde, são questões que orientam as pautas políticas. O que não está posto é o que embasa a formulação habermasiana: transformar esses conteúdos do mundo da vida em questão pública, para modificar os rumos da política.

O vazio político, porém, não impede uma nova configuração nos processos interativos, que possibilite aos sujeitos uma alteração ou redefinição de perspectivas sociais influenciadas pelo convívio grupal.

É pertinente retomar Elias (1994), quando reflete sobre as modificações ocorridas nos indivíduos e sociedades. O autor chama a atenção para o fato de que algumas questões da relação entre indivíduo e sociedade permanecerão inacessíveis se passarmos a conceber a pessoa, portanto a nós mesmos, como um *eu* destituído de um *nós*.

Elias (1994) considera o fenômeno interativo entre as pessoas não como interações puramente somatórias das substâncias físicas, mas como o que ele chama de fenômenos reticulares. A característica especial desse tipo de processo é que, no decorrer dele, cada um dos interlocutores forma idéias que não existiam antes ou leva adiante idéias que já estavam presentes. Mas a direção e a ordem seguidas por essa formação e transformação das idéias não são explicáveis unicamente pela estrutura de um outro parceiro, e sim pela relação entre os dois. E é justamente esse fato de as pessoas mudarem em relação às outras e, através de sua relação mútua, de se estarem continuamente moldando e remodelando que caracteriza o fenômeno reticular em geral (ELIAS, 1994, p29).

Nesse sentido, o modo como uma pessoa decide e age desenvolve-se nas relações com outras pessoas, numa modificação de sua natureza, pela sociedade. Mas, para Elias (1994, p.52), o que assim se molda não é algo simplesmente passivo, não é uma moeda sem vida, cunhada como milhares de moedas idênticas, e sim o centro ativo do indivíduo, a direção pessoal de seus instintos e de sua vontade: o seu verdadeiro eu. O que é moldado pela sociedade também molda. É a auto-regulação do indivíduo em relação aos outros que estabelece limites à auto-regulação destes. O indivíduo é, ao mesmo tempo, moeda e matriz.

É o que se conclui com este depoimento de uma das entrevistadas:

Em um primeiro momento vi a mulher preocupada mais consigo mesma, mas agora já discute os novos valores que vigoram na sociedade. Para onde caminham as gerações futuras (N.M.R. – 71 anos).

Mas, de um modo geral, as alterações ainda não se expressam num desejo coletivo e se colocam num plano mais subjetivo. Ao indagar sobre as principais preocupações manifestadas pelas participantes dos grupos, obtive os seguintes depoimentos:

Reclamam da vida conjugal. Falta de afeto, companheirismo e atenção (M.M.N.–67 anos).

Com os filhos. Com a falta de namorado. Com lazer e busca de oportunidade de encontro afetivo. As casadas reclamam da solidão, mesmo com a companhia do marido. Ligam umas para as outras, em busca de suporte (J.O.S. – 69 anos).

Arranjar um companheiro (M.A. – 74 anos).

A solidão. O modo de viver em casa. Problemas com os filhos (M.P.T. – 66 anos).

A família. Sentem discriminação, isolamento. Não há carinho, cuidado. Falta atenção (M.G.O. – 59 anos).

Solidão. Preocupação com a família (suporte financeiro ou cuidado dos netos). Às vezes dependência financeira dos filhos para bancar suas escolhas (M.M.L. – 70 anos).

Por causa da programação, não dá muito tempo de conversar, mas são coisas da vida, dos filhos. Sentem mais vida e melhoria da auto-estima. Quando são solteiras ou viúvas, procuram namorado (N.M.R. – 76 anos).

Como se observa, há no universo das mulheres, dois focos de preocupação: um relacionado com a sua afetividade, a solidão ou a falta de atenção, e por isso justificam o bem que os grupos fazem no preenchimento dessa lacuna; o outro, com a partilha de preocupações relativas a filhos e netos. É a reafirmação da exposição pública de dramas privados que constitui a cena pública contemporânea.

Retoma-se a questão se as buscas ou as inquietações manifestadas podem ser consideradas como elementos impeditivos ou, ao contrário, elementos impulsionadores de uma nova ou reconfigurada prática associativa.

Essa questão deve ser complementada por outra que nos mostra a importância dada ao prazer e às atividades da vida cotidiana no interesse das discussões nos grupos. No geral, as respostas apontam para uma boa receptividade às propostas de discussão. As participantes são receptivas e acatam sempre o que é proposto, mas não manifestam muito interesse em discussões políticas que fujam à rotina do grupo. Colocam-se mais numa posição de passividade, conforme se constata nos depoimentos:

Discussão sobre netos ou viagens e diversões (M.M.C. – 68 anos).

Conversas sobre o cotidiano da vida. Não fazem palestras (C.R.P. – 74 anos).

Assuntos relacionados à cultura (M.A. – 74 anos).

Atividade de canto (C.G.B. – 74 anos).

Assuntos aplicáveis à vida. (I.B.C. – 60 anos).

É diversificado, mas há preocupação com distração. Não há muita preocupação política (M.J.S. – 62 anos).

Programas de saúde. A questão da saúde é muito séria para as pessoas. Mas, no geral, não há um interesse específico. Discutem mais questões do dia-a-dia (M.S.D. – 67 anos).

Não gostam muito de discutir. Só querem saber de diversão. Estão “vivendo”. A vida está mudando. A prática do grupo está mudando a vida das pessoas (E. – 71 anos).

Não solicitam nada. Geralmente a Coordenadora sugere. Com relação à saúde, solicitam sugestões de temas para serem tratados (A.F.M. – 80 anos).

Temas educativos. Não têm iniciativa própria. São receptivas. Talvez em decorrência da experiência de vida. Sempre dependiam de alguém (M.G.O. – 59 anos).

Assuntos do cotidiano relacionados à família, aos costumes, mídia, lazer (N.M.R. – 76 anos).

Fica evidente o gosto pelo usufruto do que a vida pode oferecer de prazeroso e, nesse sentido, pensar, refletir questões mais complexas e distanciadas dos interesses mais imediatos traz alguma resistência. A vida cotidiana, esta sim, ocupa a pauta e o interesse das participantes.

A questão posta nos depoimentos nos leva a uma reflexão muito presente nos debates atuais sobre a face dos espaços públicos contemporâneos.

Evidencia-se o lugar da emoção, do efêmero, do prazer. A pesquisa de Alves (2003) nos apresenta uma análise da visibilidade da mulher idosa, as mudanças da auto-imagem, o investimento no prazer em ambientes festivos (dança de salão) e de como esses espaços associativos se constituem em ferramenta na busca por singularidade e autonomia.

Essa dimensão, analisada por Giddens (2002), tem grande acolhida nas reflexões de Maffesoli (2007, p.42 e 47), para quem

[...] o que está em jogo, é a exaltação da vida no que tem de sensível e afetuoso, existindo aí, uma energia específica. Energia que não se difunde no político. Energia 'infusa' no banal intenso da vida cotidiana. Eis a revolução a que assistimos: só existimos em relação, em comunhão com outros.

O referido autor afirma que o triunfo da vida e as imagens são as palavras-chave das novas tecnologias do cotidiano, cuidando de favorecer da melhor maneira possível uma criatividade cujo objeto essencial é desfrutar o mundo que se oferece à visão e à vida. Nas suas palavras, “[...] estamos aqui no cerne do que parece a verdadeira questão societal: a do apetite pela vida, do retorno ao imanentismo, do desfrute das coisas (reencantamento do mundo)” (MAFFESOLI, 2007, p. 50).

Essa face atribuída aos processos associativos contemporâneos (GIDDENS, 2002; MAFESSOLI, 2007) tem merecido críticas de vários autores, alguns dos quais já citados neste trabalho. Importa, neste momento, o entendimento desses processos no que eles possam significar como institucionalidade, que pode, de certa forma, extrapolar o âmbito do efêmero – mesmo pela via do lúdico e do emocional – para níveis mais ampliados.

Tem-se claro que essa dimensão não pode ser desconsiderada. Ela é real e é importante, como tantas vezes já foi evidenciado neste trabalho. Essa busca de vivenciar o imediato, o que traz prazer e algum descanso, não deve ser analisada apenas dentro de uma polaridade da perspectiva da alienação. É aí que o construto de Elias (1994) e Simmel (2006) ganha relevância nesta análise: quando se colocam as possibilidades dos

desdobramentos ou da influência dos processos interativos para além da perspectiva do indivíduo deslocado das relações sociais.

Conforme vimos anteriormente, com Elias (1994) a relação indivíduo-sociedade deve ser entendida nos processos interativos em que tanto aquele quanto esta influenciam essa relação e nela são modificados reciprocamente.

Simmel (2006, p.84) fala dessa relação, analisando os conflitos daí decorrentes quando afirma que

[...] a divergência mais abrangente e profunda entre indivíduo e sociedade não parece estar ligado a um só tema de interesse, e sim à forma geral da vida individual. [...] Ele quer ser pleno em si mesmo, e não somente ajudar a sociedade a se tornar plena; ele quer desenvolver a totalidade de suas capacidades, sem levar em consideração qualquer adiamento exigido pelo interesse da sociedade.

Mas, para Simmel (2006, p. 85), não se trata de um egoísmo individual; trata-se de uma autoperfeição individual como valor objetivo. Diz ele:

O fato de que o indivíduo aspire a se tornar pleno em si mesmo é algo que não precisa de modo algum ser equiparado ao egoísmo, mas pode ser um ideal objetivo, no qual a sua felicidade não é questionada a partir de seu sucesso e de seu interesse pessoal no sentido mais restrito, e sim a partir de um mundo suprapessoal, no qual a personalidade se realiza.

Saúde, família e religião são os três temas de preferência para discussão nos grupos. Isso reafirma o interesse por um fortalecimento pessoal, na dimensão física e espiritual que se completa com o desejo do equilíbrio das relações familiares. Naturalmente esses são valores estão no cerne das aspirações de todas as pessoas. E se essas buscas se manifestam numa institucionalidade organizativa, podemos entender a dimensão comunitária de que nos fala Bauman (2003) como o lugar do aconchego, o lugar em que não é necessário se perder a inocência. No entanto, como já comentado, essa dimensão não é dada como o único e irreversível interesse. Como vimos, as mulheres são receptivas e começam a manifestar algum interesse por debates relacionados a questões mais gerais da sociedade, inclusive no campo dos direitos, conforme se constata nos depoimentos abaixo apresentados:

Procuram ouvir dos outros e manifestando as suas posições sobre o quadro ‘que aí está’, com relação à realidade que estamos vivenciando (N.M.R. – 71 anos).

É quase a mesma coisa. Mas já há uma mudança. As mulheres já estão interessadas em conhecer outras questões, como direitos, por exemplo (E.A.N. – 71 anos).

Atividades culturais e atividades reflexivas sobre a vida (S.M.P. – 71 anos).

Os depoimentos acima configurados parecem respaldar a principal polaridade que existe em torno da questão, que é a efetividade do espaço associativo com características de fortalecimento de subjetividades, mas, paralelamente, com possibilidades de extrapolação desse nível. Trata-se, como reflete Velho (2004), do enquadramento das emoções para a formatação de um projeto.

Para esse autor, a construção da identidade e a elaboração de projetos individuais são feitas dentro de um contexto em que diferentes *mundos* ou esferas da vida social se interpenetram, se misturam e muitas vezes entram em conflito. Nas suas considerações, [...] à medida que um projeto social representa algum grupo de interesse, terá uma dimensão política, embora não se esgote nesse nível, pois a sua viabilidade política propriamente dependerá de sua eficácia em mapear e dar um sentido às emoções e sentimentos individuais. Aí tem de ser somatório e síntese. Nem tudo nos projetos é político, mas, quando são capazes de aglutinar grupos de interesses, há que procurar entender sua riqueza simbólica e seu potencial de transformação (VELHO, 2004, p.33).

Apesar de não ficar explícita a pretensão de constituir projetos sociais, parece não haver dúvidas de que há alguns elementos que apontam para uma mudança de percepção do mundo ou da realidade das mulheres entrevistadas, à proporção que afirmam a abertura para reflexão de temas culturais e educacionais e para o entendimento do “*quadro que aí está*”, numa referência à conjuntura vigente, não obstante predominarem os interesses relacionados ao cotidiano da vida.

Retomo ainda, nessa perspectiva de incorporação da dimensão social e política, o argumento de Touraine (1998, p. 81), quando adverte: “[...] agora, é preciso indicar como o Sujeito pessoal recebe um conteúdo social concreto e, conseqüentemente, pode se tornar um princípio de organização democrática da vida social e também um princípio de formação de uma ação coletiva”. Esse mesmo autor considera que o primeiro nível de transformação é a passagem do sujeito isolado para a relação entre indivíduos reconhecidos ou mais exatamente se reconhecendo mutuamente como sujeitos. O indivíduo, afirma Touraine (1998), só pode constituir-se como sujeito autônomo por meio do reconhecimento do outro, no sentido em que Charles Taylor emprega esta noção.

Reconhecer o Outro não consiste nem em descobrir nele, como em mim mesmo, um sujeito universal, nem aceitar sua diferença, mas reconhecer que nós fazemos, com materiais e em situações diferentes, o mesmo tipo de esforço para combinar instrumentalidade e identidade (TOURAINÉ, 1998, p. 81-82).

Nas reflexões dos autores citados, parece não haver dúvidas de que o indivíduo, pelo conhecimento que se dá nos processos interativos, tem possibilidades e potencial para superar o individualismo (o indivíduo fragmentado, para si) e mover-se num outro patamar para o qual a sua constituição como sujeito é condição essencial.

Se os espaços associativos, pela via dos processos interativos, como vimos, podem ser o lugar de constituição dos sujeitos, estes, no caso desta pesquisa, se colocam como portadores de direitos, mas normalmente no plano dos direitos individuais. É o que se apreende quanto ao posicionamento das entrevistadas sobre as Políticas Públicas para a pessoa idosa.

d) A percepção sobre as Políticas Públicas para o Idoso

Os principais pontos positivos citados referem-se ao avanço na aquisição de direitos e, portanto, ao marco legal, à mudança na cultura de valorização do idoso, principalmente pela divulgação, e ao maior espaço de participação que está sendo possibilitado. De um modo geral, são citados o usufruto dos benefícios mais constantes na vida cotidiana e a gratuidade nos transportes coletivos para pessoas com mais de 65 anos, aqueles que

possibilitam o atendimento preferencial na proteção à saúde, nas instituições bancárias e nos processos judiciais, além da ampliação dos espaços de convivência e programas promovidos pelo poder público. Foi também mencionada a maior participação de idosos na luta por aquisição desses direitos.

Quanto aos pontos negativos que atribuem às Políticas Públicas para o Idoso as respostas são muito diversificadas⁶⁴, porém dois pontos são destacados: a falta de cumprimento das leis (com 16 respostas alusivas) e o desrespeito, principalmente nos transportes coletivos (com 18 respostas). Questões como acesso inadequado aos equipamentos urbanos, com destaque aos transportes coletivos (portas, degraus e quantidade de bancos, entre outros), e o desrespeito por parte de motoristas e usuários, são citadas com frequência. Fica patente um sentimento de que há legislação avançada, ainda no papel, e os mesmos problemas reincidentes. Há uma constatação de que o poder público tem sido omissivo, tanto no cumprimento da legislação, como quanto ao acompanhamento dos programas existentes. Foi demonstrado que há uma percepção dessas questões, e do ainda frágil papel dos grupos na cobrança dos direitos assegurados e que, além dessa via (controle social), há necessidade de educação e informação, para que esse quadro seja alterado.

Nos debates que se estabelecem com os participantes dos grupos, há um tema que vem ocupando as pautas, quando se refere à questão dos avanços na aquisição dos direitos para a pessoa idosa: a necessidade de deslocamento para efetuar pagamentos de contas (suas e de familiares). Com a isenção da tarifa nos transportes e a prioridade no atendimento em instituições bancárias, os idosos estão sendo usados pela família para esses serviços, o que vem ocasionando situações embaraçosas no transporte urbano, visto que há um aumento de usuários idosos em *horário de pico*, causando reações dos demais usuários que, além do sentimento de antipatia, chegam a constranger as pessoas idosas com observações sobre a atitude inoportuna de elas ocuparem os veículos naqueles horários. Nas instituições bancárias, igualmente, avoluma-se o desconforto pelo número de usuários na situação preferencial. É o ônus do recebimento de um bônus.

⁶⁴ Cada entrevistada abordou vários aspectos nas suas apreciações, daí o número de resposta ser maior do que o de pessoas entrevistadas.

Outra abordagem sobre essa questão diz respeito ao relacionamento do idoso quando do usufruto dos direitos. Muitas vezes, ou se coloca numa posição de subalternidade, de timidez, ou, num outro extremo, assume posição de agressividade e rispidez. Há manifestação quanto ao *abuso* do idoso no usufruto do direito. Para alguns participantes desta pesquisa (e também depoimentos em outros debates), há por parte de pessoas idosas uma forma agressiva ou “[...] *sem educação* [...]” ao exigir os seus direitos.

Tem idoso muito abusado no usufruto desses direitos, tornando-se mal-educado, às vezes agressivo no contato com outras pessoas (que ocupam o lugar que lhe é de direito) (M.P.T. – 66 anos).

É necessário mais educação para o idoso (N.M.R. – 76 anos).

A questão do transporte bem que poderia caracterizar a natureza do Espaço Público tal qual foi problematizado neste trabalho com alguma base do construto habermasiano, em que os problemas individuais, trazidos da vida privada, ou do mundo da vida, poderiam transformar-se em questão de interesse comum, coletivo, e originar algum projeto com alcance político, tal qual nos mostra também Velho (2004, p. 33) quando afirma: “[...] a possibilidade da formação de grupos de indivíduos com um projeto social que englobe, sintetize ou incorpore os diferentes projetos individuais, depende de uma percepção e vivência de interesses comuns que podem ser os mais variados”.

Um aspecto que altera um pouco a dinâmica dos interesses já assinalados pode ser destacado nas respostas referentes à preocupação com a questão social do idoso, principalmente do idoso carente, o que vem apontar para a *saída do sujeito individual*, por alguns participantes, conforme abordado anteriormente. Os depoimentos são ilustrativos:

Falta atingir pessoas solitárias, independentemente de classe social; há muito isolamento; falta mais responsabilidade entre as classes para trabalhar com os mais carentes (I.B.C. – 60 anos).

Falta muita assistência. Ainda há muita deficiência em casas asilares (CM.S.- 67 anos).

Desconhecimento de como cuidar do idoso (em sentido amplo: físico, social, jurídico) (N.M.R. – 71 anos).

Não tem pessoal suficiente para o acompanhamento das situações de maus-tratos e/ou abandono (M.M.N. – 67 anos).

As instituições filantrópicas não têm condições de fazer mais (N.F.G. – 71 anos).

Há muitos maus-tratos e pouco acompanhamento dos programas (N.P.V. – 70 anos).

Convém ressaltar que ainda é um posicionamento de poucas, mas de qualquer forma é um avanço. Igualmente se pode reconhecer como avanço o posicionamento crítico quanto à deficiência no sistema de saúde (apontado por cinco entrevistadas como um dos grandes pontos vulneráveis no sistema público); o sentimento de desrespeito (três depoimentos) por não terem garantia desses direitos básicos e a necessidade de mais informação (igualmente citada por três entrevistadas).

Observa-se também uma clareza no conhecimento do avanço da legislação e a constatação da falta de cumprimento dela.

O Estatuto do Idoso não está sendo cumprido (duas respostas: N.F.G. – 71 anos e J.S.N. – 77 anos).

Resistência dos poderes públicos. É necessária pressão da sociedade (M.J.S. – 62 anos).

Morosidade do Setor Público na execução das leis (N.M.R. – 71 anos).

Falta de Políticas (N.M.R. – 71 anos).

As leis ainda estão no papel (M.P.T. – 66 anos).

Direitos consignados só no papel (M.G.O. – 59 anos).

Os grupos não são informados de decisões ou legislações (M.G.O. – 59 anos).

Foi feito muito pouco (pelo poder público) (E. – 71 anos).

Difícil resposta do poder público (J.S.N. – 77 anos).

Só colocam a 3ª Idade para ganhar votos. Há muito a desejar (M.M.L. – 70 anos).

Falta interesse e responsabilidade política (E.A.N. – 71 anos).

Falta investimento na área da educação (E.A.N. – 71 anos).

Espaço urbano inadequado (S.M.P. – 71 anos).

Condições inadequadas de acessibilidade no espaço urbano (M.M.C. – 68 anos).

Indagamos ainda como se dava a preocupação com as Políticas Públicas para o Idoso, pelo(s) grupo(s) a que pertencem as entrevistadas. As respostas a essa questão já eram conhecidas, pois, de certo modo, foram respondidas nos itens anteriores. De qualquer forma, elas sintetizam o que já estava constatado: o interesse do grupo é mais centrado na distração e nas questões subjetivas. Uma entrevistada expressa bem essa afirmativa: *“Há receptividade e respondem bem às mobilizações, mas o grupo é mais preocupado com questões subjetivas: depressão, saúde, família, etc.” (J.S.N. – 77 anos).* A maioria das entrevistadas confirma o dado.

A partir dos depoimentos, pode-se entender a base da prática social das mulheres, como aquela que viabiliza o crescimento individual e permite que elas *sejam*, que *existam* nas suas buscas, nos seus anseios, nas suas realizações. Há um sentimento de aceitação, de acolhimento das demandas externas, mas com pouco questionamento. Há uma espécie de obediência confiante nas lideranças e nos agentes institucionais. Na verdade, é uma relação mais de tutela do que de emancipação. De qualquer forma, existe uma consciência mais formada sobre processos de dominação e de libertação, porém esta acaba sendo dimensionada pelo interesse e por valores individuais conforme apontam os depoimentos:

Não. A tarefa é mais do líder, mas o pensamento é mais individual (N.F.G. – 71 anos).

Sim. Visitas para conhecer a situação de idosos, no caso do grupo de Maria Ortiz. No caso da Unati, não tem conhecimento (M.M.N. – 67 anos).

Não é o foco do grupo (M.M.C. – 68 anos).

Os Profissionais falam, mas no grupo só há interesse próprio. Há receptividade e acomodação (J.O.S. – 69 anos).

Sim. Só não tem muita ação. Trazem idéias, mas querem que alguém as encaminhem. Já se preocupam com as próximas gerações (N.M.R. – 71 anos).

Sim. No caso da UNATI passam informações (N.P.V. – 70 anos).

Não (C.R.P. – 74 anos).

As pessoas são desligadas dessas coisas. Só quando precisam é que correm atrás (M.A. – 74 anos).

Sim. No Grupo Maria Ortiz esclarecem, dão apoio, visitam. Na UNATI é mais esclarecimento. Na Estácio de Sá, algumas palestras (M.P.T. – 66 anos).

Não houve discussão sobre isso (C.G.B. – 74 anos).

A UNATI, sim, com a proposta de multiplicadores. O grupo da igreja (Evangélica) fica muito dependente. Se acontece, tudo bem (I.B.C. – 60 anos).

No Grupo da GEAP, nos encontros da 2ª feira, há palestras relacionadas à 3ª Idade. Na UNATI, pela própria natureza do trabalho (C.M.S – 67 anos).

A coordenação traz informações, mas não é o interesse maior do grupo (A.F.M. – 80 anos).

Não há muita preocupação política. O foco maior é a distração (M.J.S. – 62 anos).

Sempre levam pessoas para fazer palestras sobre direitos sociais, previdenciários e temas políticos (M.S.D. – 67 anos).

Sim. Como coordenadora de grupo de convivência, passa informações. O grupo é sensível, as palestras são bem recebidas. No Conselho e no Fórum, constitui-se em motivo de luta constante (L.A.S. – 63 anos).

Não têm essa discussão (M.G.O. – 59 anos).

Têm tentado, mas não conseguiram. Só a ginástica (E. – 71 anos).

A tônica do Grupo é lazer e filantropia (M.M.L. – 70 anos).

Não há muito interesse pela política (E.A.N. – 71 anos).

Os grupos não estão muito voltados para esta questão (N.M.R. – 76 anos).

Algumas pessoas, sim (S.M.P. – 71 anos).

e) O que mais gostam de fazer

Ao indagarmos sobre o que mais gostam de fazer nos seus grupos, houve praticamente unanimidade quanto ao aspecto sócio-recreativo, de lazer e entretenimento, como aqueles que despertam o interesse e o desejo dos componentes do grupo. Apenas duas entrevistadas indicaram o debate de temas ou o interesse dos temas tratados na UNATI, como valorizados. Outras duas colocaram a *abertura* dos participantes para recepção e opinião sobre o que é apresentado ao grupo, bem como a receptividade e disponibilidade para participar de movimentos mobilizatórios, atos públicos ou atividades culturais. De um modo geral, as participantes gostam de dança (com oito depoimentos), passeios, (também com oito respostas), atividades culturais (teatro, coral e outros eventos, com dez respostas), trabalhos manuais (com cinco respostas). As entrevistadas que se reportaram à UNATI ou a temas mais reflexivos, como importantes no *gosto* das participantes dos seus grupos, colocaram essa dimensão na seqüência das atividades recreativas, conforme os registros:

Bordado, ginástica, teatro. As palestras e textos da Unati são importantes. Muita coisa do que tratam, acontece no grupo. É uma experiência para passar para o grupo (C.R.P. – 74 anos).

Dançar, passear, trabalhos manuais e cursos (pedrarias, pintura, culinária). (L.A.S. – 63 anos).

Outro aspecto que merece destaque é a observação quanto à receptividade dos participantes. Além do depoimento registrado, há outros que afirmam esse traço dos componentes dos grupos.

São muito abertas. Gostam do que é apresentado e opinam (I.B.C. – 60 anos).

São receptivos e sempre presentes quando mobilizados para campanhas, atos públicos, visitas culturais, etc. (L.A.S. – 63 anos).

Dança, viagem, visitas, organizar eventos (são receptivas) (M.P.T.).

Esse é um traço que reafirma a noção de comunidade, como já tratada neste trabalho. Ao mesmo tempo que possibilita um excelente processo mobilizatório, significa, muitas vezes, compor um cenário de interesse político para determinados gestores que ‘fabricam’ uma felicidade – por meio de palavras estimuladoras da exaltação do ego das pessoas idosas – não raro decorrente da manipulação, ainda tão presente na nossa prática política. É esse um dos pontos de questionamento de Bauman (2003) sobre o *círculo aconchegante* construído para captar um tipo de imersão ingênua na união humana. Essa *receptividade*, que é uma marca, pode também ser um elemento condicionante de relações subalternas ou, retornando ao mito de Tântalo, conforme Bauman (2003), continuar com uma felicidade despreocupada, sem saber (ou sem querer saber) a natureza das coisas e muito menos tomá-las nas próprias mãos e, se chegam a saber, de alguma forma, não querem sair do conforto e da proteção. É o que sugere o depoimento que segue:

Falar. De expor suas idéias. Mas preferem que outros dêem encaminhamento a essas idéias (N.M.R. – 71 anos).

6.4

A relação com a velhice

Enfocando a velhice na contemporaneidade, Lins de Barros (2004) destaca a relação entre as particularidades das experiências socioculturais e a universalidade da vida em

sociedade, mostrando que a percepção de diferentes e singulares idades se dá no contexto individualista como uma marca da sociedade moderna. Nesta, o indivíduo passa a ser um *valor social*, decorrendo daí a percepção de si mesmo como ser inigualável e singular que permite a construção da idéia de trajetória de vida, ciclo de vida, projeto de vida e percepção de uma memória individual. É nesse contexto, portanto, conforme a autora, que se dá a percepção de diferentes e singulares idades, e a juventude é eleita como idade padrão da sociedade contemporânea a ponto de se estabelecer certa contigüidade entre as idéias de jovem, belo, moderno e progresso. Barros (2004, p. 17) ressalta que, não obstante a juventude se apresentar como uma realidade múltipla, há uma tendência de criar uma imagem homogeneizadora dessa etapa da vida, e é a partir dela que se estabelece o contraste com uma velhice também com características homogêneas. Daí a afirmativa da autora de que “[...] é com os olhos da juventude que se percebe a velhice [...]” – esta vista como um declínio e, sobretudo, como a impossibilidade de ser positivamente valorizada porque já ultrapassou o ponto máximo do ciclo de vida, seja do ponto de vista da capacidade produtiva, seja do da capacidade física e psíquica.

Essa questão foi tratada na presente pesquisa. Por ser a dimensão subjetiva muito ressaltada, o entendimento e a relação com a velhice tornam-se um elemento importante de análise, à medida que nos permite considerar a idade como um demarcador da assunção de papéis sociais.

O último ponto tratado, portanto, foi sobre a percepção das entrevistadas quanto ao seu processo de velhice.

No geral, mesmo tratando-se de pessoas com idade mais avançada, não se sentem velhas. E isso é traduzido pelo fato de que são ativas, ainda trabalham em casa, muitas são responsáveis por cuidar de netos e prover o grupo familiar e participam de atividades associativas, em alguns casos, todos os dias da semana.

Não. Nunca parei para pensar. Atualmente tenho uma vida mais ativa do que antes (M.M.N. – 67 anos).

Não. Tenho muita energia, faço tudo. Tarefas domésticas. Organizo o tempo. Sou muito ativa para a idade (C.R.P. – 74 anos).

Velha, não. Sou ativa. Sou independente (M.S.D. – 67 anos).

Não. Estou ativa e desenvolvendo projetos. Idoso tem a ver com a idade avançada e com comprometimentos de saúde (L.A.S. – 63 anos).

Não. Não fico em casa vendo a vida passar.

Quatro se consideram idosas, mas com a mente jovem, ou seja, é como se não o fossem. Não consideram a idade cronológica como um demarcador de velhice, pois têm um “[...] espírito jovem e são independentes [...]”. Como se observa, há na representação sobre a velhice, a associação desta a fatores limitantes, como a falta de autonomia para a realização de atividades da vida diária, o desgaste e a perda da beleza estética, enfim, a negação do que é socialmente valorizado e celebrado. É o que se constata a seguir:

Sim com relação à idade, mas de mente me considero jovem. Enquanto fizer poesias e as minhas reflexões, me sentirei jovem (N.F.G. – 71 anos).

Só na idade. Na mente, não (N.P.V. – 70 anos).

Pela idade sim, mas o corpo e a cabeça são muito saudáveis e não tenho vergonha nenhuma de participar (C.M.S. – 67 anos).

Não. Não tenho trauma de idade. A idade está muito na cabeça.

Sim, fisicamente, por causa de problema de saúde. De ‘cabeça’, me sinto com a idade que tenho.

Algumas pessoas demonstraram uma aceitação da velhice, respeitando os limites, pelo que ela traz de experiência, mas manifestam preocupações com problemas de saúde

decorrentes da idade. Temos ainda caso em que há essa aceitação, mas com a ressalva de que “[...] *é independente* [...]”.

Sim, principalmente pelo acúmulo de experiência. Não só a idade (N.M.R. – 71 anos).

Aceito a idade. Vivo bem. Sou feliz, acompanhando os limites (C.G.B. – 74 anos).

Não me preocupo. Tenho preocupações com doenças decorrentes da idade (M.J.S. – 62 anos).

Sim, mas sou independente.

Outras assumem que só são lembradas dessa condição quando vão ao espelho:

Só quando vou ao espelho (J.O.S. – 69 anos).

Não. Sinto-me, às vezes, como se tivesse 20 anos (M.A. – 74 anos).

Ainda no âmbito desta questão, cinco entrevistadas responderam **Não** e duas responderam **Sim**, sem nenhum comentário.

Parece que, do ponto de vista das entrevistadas, o não querer ou não se considerar velha tem uma relação direta com as marcas anteriormente evidenciadas por Barros (2004). Sabemos que os condicionantes de perdas, estigmas, enfim, as marcas que negam os valores consagrados pela sociedade do consumo põem profundas dificuldades na aceitação da velhice. Em contrapartida, parece que o próprio conceito de velhice já não se coloca nos níveis até então vigentes. Os velhos estão mudando e tudo nos leva a crer que os fatores biológicos e cronológicos assumirão uma nova conotação na demarcação dessa etapa de vida. Novos valores culturais imprimem uma dimensão que redefine em muito, os padrões tradicionalmente construídos, embora não se deva negar os

condicionantes que são inerentes à velhice, como ainda definidores de uma etapa sombria no ciclo vital.

6.4.1

Um balanço das gerações: entre a permanência e a mudança

Todas as entrevistadas consideram sua situação como diferente da de suas mães: ter liberdade, projetos, possibilidade de participação e busca de conhecimentos, ultrapassar determinados padrões culturais, como o confinamento da mulher em casa, a falta de diálogo, a submissão ao marido, são citados como fatores determinantes das principais diferenças com relação aos de gerações passadas. A grande conquista, conforme os registros, é a liberdade.

Os processos de envelhecimento, em geral, se refletem de forma diferenciada nos indivíduos e, não obstante as perdas, principalmente as de natureza biológica que são inerentes, fatores de natureza social, psicológica e cultural, são determinantes nesses processos.

No âmbito desta pesquisa, conforme vimos, esses fatores não foram evidenciados para demarcar as singularidades. Não houve manifestação de pessimismo ou de sentimentos negativos com relação à etapa da vida em curso. Mesmo sendo sujeitos portadores de trajetórias diferenciadas sob os aspectos educacional e econômico, as manifestações sobre a velhice se deram sob uma ótica de otimismo e de positividade pelo fato de estarem ativas e não se enquadrarem no protótipo da dependência. Nesse raciocínio, a representação da velhice se dá, de certa forma, na negação dela mesma, na medida em que estar velha significa ser doente ou perder a autonomia ou a liberdade.

Poucas coisas permaneceram ou não mudaram com relação à geração anterior, segundo os depoimentos. Os principais pontos que permanecem é ainda um certo conservadorismo, alguns aspectos (valores e costumes) de gerações passadas, ou seja, há ainda traços de uma cultura preconceituosa e resistente a mudanças, não obstante todos os avanços conquistados.

6.4.2

Que há de bom na vida atual?

Não obstante alguns problemas já mencionados, geralmente as pessoas estão considerando essa fase como muito boa na sua trajetória e os principais fatores que estão contribuindo para isso são liberdade, saúde, aposentadoria e pensão, autonomia e sentimento do dever cumprido por já ter criado os filhos. São pessoas que se dizem realizadas principalmente pelo papel familiar cumprido e em continuidade, mas, também pela possibilidade do desenvolvimento de práticas sociais, de poder ajudar os outros.

Ter uma aposentadoria e pensão. Conseguir pagar as contas (N.F.G. – 71 anos).

A vida está muito boa. Tenho liberdade e não estou dependendo dos outros. É a melhor fase da vida (J.O.S. – 69 anos).

Conquistas. Realizações. O fato de dirigir um grupo, ajudar, tirar as pessoas de dentro de casa (M.G.O. – 59 anos).

Vivo com alegria, faço muitos passeios e o trabalho social (E. - 71 anos).

Estou numa fase muito boa. Com saúde, os filhos formados. Poço ajudar as pessoas (M.M.L. – 70 anos).

A vida está muito boa. Estou realizada. Gostaria de ser um pássaro e que ninguém segurasse as minhas asas. Mas às vezes fico presa por causa do irmão (paraplégico), sob os meus cuidados (E.A.N. – 71 anos).

Estou feliz. Participo de grupos. Faço poesia. Tenho a minha casa que é uma segurança. Tenho plano de saúde. Posso sair de casa e participar de movimentos (S.M.P. – 71 anos).

6.4.3

As dificuldades que permanecem

Das entrevistadas, nove disseram que pessoalmente não têm dificuldades, a não ser aquelas que acontecem com os filhos (desemprego, problema de saúde ou separação). As demais apresentaram três ordens de problemas: os relacionados à saúde (cinco depoimentos), principalmente aqueles que as impedem de locomoção; o cansaço com os encargos decorrentes da prática social (quatro respostas) e os problemas com os filhos e parentes, (cinco depoimentos alusivos).

Como se percebe há um peso significativo de problemas decorrentes de alguma situação que envolve filhos ou parentes. Há apenas uma resposta de dificuldade relacionada ao desconforto quando é desestimulada a fazer algo, ou seja, quando é tolhida na sua autonomia. Há que se refletir sobre um aspecto que comparece em alguns depoimentos. Trata-se do cansaço que a prática social acarreta. Essa é uma questão que requer certo cuidado. Se, de um lado, a recusa para sair da *zona de conforto* e não querer implicar-se com atividades que requerem mais envolvimento, dispêndio de energia física e emocional, pode parecer (e é) uma fragilidade dos movimentos sociais de idosos (tais quais os citados neste trabalho), de outro, esse envolvimento não se dá sem um pesado ônus para quem o assume nas dimensões mais ampliadas. E aí muitas vezes se agravam problemas de saúde em pessoas que já não a têm em plenitude, até em decorrência da própria idade.

6.4.4

Os sonhos

Parece que essas pessoas encontraram um nível de estabilidade e satisfação com a vida. Sentem-se realizadas, e o sonho parece ser a manutenção ou a continuidade das suas conquistas. Algumas citaram o desejo de ver a família bem, outras, continuar com atividades sociais de solidariedade e muitas desejam poder viajar mais, o que para elas é um exercício de liberdade.

A pesquisa não deixa dúvida quanto ao fato de que as mulheres entrevistadas celebram velhice.

Trata-se de uma celebração à vida pela possibilidade de sair de casa, interagir com outros atores, ter autonomia e liberdade, embora essa liberdade possa ser comparada ao que Bauman (2001) classifica como uma pseudoliberdade. Bauman (2001) problematiza a liberdade e o seu caráter objetivo e subjetivo. Discute a possibilidade de que a liberdade sentida não seja de fato liberdade; que as pessoas possam estar satisfeitas com o que lhes cabe, embora o que lhes cabe esteja longe de ser *objetivamente* satisfatório; que, vivendo na escravidão, se sintam livres, portanto não experimentam a necessidade de se libertar e assim percam a chance de se tornarem genuinamente livres. Diz o autor:

As pessoas podem ser juízes incompetentes de sua própria situação e devem ser forçadas ou guiadas para experimentar a necessidade de ser 'objetivamente livres' e para reunir a coragem e a determinação para lutar por isso. Ameaças mais sombrias atormentavam o coração dos filósofos: que as pessoas pudessem simplesmente não querer ser livres e rejeitassem a perspectiva da libertação pelas dificuldades que o exercício da liberdade pode acarretar (BAUMAN, 2001, p. 24-25).

Na verdade, conforme vimos, as entrevistadas sentem-se gozando uma liberdade para dispor de seu tempo livre, mas esse tempo livre é condicionado, na maioria das vezes, pelo cumprimento das tarefas domésticas no apoio ao grupo familiar. A dimensão da liberdade é aquela que cabe nos padrões sociais ou ainda aquela que faculta a luta pelo seu bem-estar, embora não se possa negar as mudanças que não são pequenas com relação às gerações anteriores, principalmente no que concerne a certos padrões culturais. Já se evidencia uma ruptura com determinados valores notadamente no âmbito do lugar social do velho e, no caso específico desta pesquisa, do lugar social da mulher que envelhece.

Um aspecto me parece particularmente complexo neste estudo. Trata-se da constituição da identidade dos sujeitos na condição de pertencentes a uma categoria etária. Parece haver um movimento de busca e de recusa. A busca da igualdade dá-se pela não-aceitação da diferença e, nesse caso, a diferença consiste justamente no fato de ser velha. O não querer ser ou parecer velha constitui-se num fator de negação da

identidade de velhice pelo que esta significa, como sinal discriminatório e excludente nos padrões da sociedade de consumo que marca nosso modelo sociocultural vigente.

E como pensarmos essa questão em face da problematização da identidade e da formatação de um projeto?

Penna (1990, p.280) concebe identidade como

[...] representação e uma forma de classificação que expressa necessariamente e de modo explícito, quer no nível do grupo, quer do indivíduo, a problemática do reconhecimento social: formas de reconhecimento que envolvem disputas em torno de critérios de delimitação e qualificação de grupos ou de pertinência de um indivíduo a eles.

Ao tomar-se a noção de que a identidade é o próprio reconhecimento da diferença, faz-se oportuno algum registro sobre a produção social da identidade e da diferença.

Para Silva (2000), a identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e lingüística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas.

Conforme o autor, na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado dos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder.

É esse o ponto que parece paradoxal na situação acima examinada. No caso das minhas entrevistadas, há o reconhecimento da diferença e das marcas dessa diferença. Há um discurso pela busca do reconhecimento dessas marcas como constituintes de um padrão que define uma etapa de vida que se constitui – não obstante as suas peculiaridades – como detentora de muitas possibilidades. Há a busca do *empoderamento* de um sujeito mais pleno e reconhecido na sociedade e na família, mas isso parece não combinar muito com o processo de envelhecimento que não raro, é rejeitado. Não fica claro um projeto assumido coletivamente em busca de uma *ressignificação* da velhice, inclusive

no que se refere a pensá-la, com base nas imensas vulnerabilidades a que são submetidos muitos idosos, decorrentes de privações econômicas ou sociais. Quando isso ocorre, conforme foi demonstrado em muitos depoimentos, a abrangência social das lutas (ou dos projetos) com frequência é de natureza individual ou voluntarista, de cunho solidário e humanitário.

É importante retomar a questão da identidade na sua conceituação e no significado que ela assume no mundo contemporâneo, para melhor entendermos os contornos das diferenças e as reivindicações que são feitas em torno da questão do reconhecimento e da redução dessas diferenças.

Segundo Ruben (1988), a teoria da identidade seria a determinação a certa dimensão irredutível da qual toda sociedade ou grupo humano seria portador. A categoria *outro* aparece como condição para a formulação da sua versão contemporânea (reconhecimento formal do outro com a legitimidade do seu mundo). A categoria *outro* é imediatamente remetida ao distante e é sistematicamente definida como o diverso e, em alguns casos, também como o desigual. Para Ruben (1988), a versão contemporânea opera descentralizando o *outro* do próprio universo e colocando-o além dos limites do grupo.

Voltemos um pouco à noção de irredutibilidade. Esta, nas considerações do autor, estabelece simultaneamente a marca e os limites, socialmente elaborados, que permitem a reprodução da sociedade, evitando a cisão entre essa sociedade e o indivíduo, ou seja, a desagregação social. A irredutibilidade funciona então como uma marca elaborada social e historicamente, retida no interior do grupo, consciente ou inconscientemente. Algo como a representação coletiva (Durkheim), escolhida e privilegiada pelo grupo para ser empregada como marca distintiva. A marca no interior da irredutibilidade pretende assinalar a dimensão construída pelos homens e escolhida como privilegiada para individualizar o grupo no concerto da diversidade social (RUBEN, 1988).

Feitas essas considerações de natureza mais conceitual, é importante pensarmos os deslocamentos da identidade exatamente para acompanhar e compreender melhor as características que marcam os sujeitos na atual configuração societária.

Partimos, com Woodward (2004), do pressuposto que a identidade é relacional, a diferença é sustentada pela exclusão e a construção da identidade é tanto simbólica quanto social.

A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo quem é excluído ou incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são *vividas* nas relações sociais. O nível psíquico também deve fazer parte da explicação do porquê de as pessoas assumirem suas posições de identidade e se identificarem com elas (WOODWARD, 2004).

Para essa autora, uma das discussões centrais sobre identidade concentra-se na tensão entre essencialismo (conjunto cristalino, autêntico, de características que todo o povo de uma nação partilha e que não se alteram ao longo do tempo) e não-essencialismo (focaliza as diferenças e as mudanças).

Assim, nas suas palavras,

[...] é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. A ênfase na representação e o papel chave da cultura na produção de significados que permeiam as relações sociais, levam a uma preocupação com a identificação (WOODWARD, 2004, p.14-15).

Quanto ao poder da representação e sobre as motivações por que alguns significados são preferidos relativamente a outros, a autora problematiza que todas as práticas que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído ou excluído. Defende que a cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade. Afirma que os sistemas simbólicos fornecem novas formas de dar sentido à experiência das divisões e desigualdades sociais e aos meios por que alguns grupos são excluídos e estigmatizados.

Não resta dúvida de que o segmento idoso com que lidamos e está representado no universo desta pesquisa tem consciência dos fatores de exclusão social que geralmente ocorrem no envelhecimento, mas eles não são pautados como projetos a ser assumidos nas suas práticas associativas, como projetos coletivos. Aqui parece tornar-se mais

evidente a busca de usufrutos e consumos de novos estilos de vida ou da assunção da *política vida* como nos mostra Giddens (2002).

Woodward (2004, p.20-21) problematiza a produção de identidades em decorrência das mudanças no padrão de produção e consumo do mundo globalizado. Na sua análise, o que caracteriza a face mais recente do capitalismo é a convergência de culturas e estilos de vidas nas sociedades que, ao redor do mundo, são expostas ao seu impacto. Mas afirma que a globalização produz diferentes resultados em termos de identidade.

Nesse ponto, a autora introduz a discussão sobre as diferenças, indagando que, ao se celebrar a diferença, não haverá o risco de obscurecer a comum opressão econômica, ou seja, ignorar a natureza estrutural da opressão. Reflete que, nessa perspectiva, surgem outras arenas de conflito social, tais como as baseadas no gênero, na *raça*, na etnia e na sexualidade.

As identidades e as lealdades políticas também têm sofrido mudanças: lealdades tradicionais baseadas na classe social cedem lugar à concepção de escolhas de “estilos de vida” e à emergência da política de identidade. A etnia e a *raça*, o gênero, a sexualidade e a idade, a incapacidade física, a justiça social e as preocupações ecológicas produzem novas formas de identificação (WOODWARD, 2004, p. 31).

A política de Identidade, portanto, é uma chave importante para a tradução dos novos movimentos sociais, uma vez que “[...] concentra-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado” (WOODWARD, 2004, p. 34). Essa identidade, como afirma a autora, torna-se um fator importante de mobilização política.

É essa a questão que me parece importante no âmbito do universo pesquisado. A identidade que se afirma não se está constituindo em fator de mobilização política, pelo menos em curto prazo, na busca da redução das diferenças, principalmente por vetores de ordem econômica e social.

Mas são pertinentes as reflexões de Woodward (2004) sobre o caráter essencialista e não-essencialista da identidade, estando este último se contrapondo à fixidez, ou seja, à aceitação da identidade fixa, como algo *natural*, isto é, como uma categoria biológica. É

esse não-essencialismo que permite a abertura e a possibilidade de mudanças, o que é um traço bastante visível e demonstrado na pesquisa.

As mulheres entrevistadas nos dão suficientes demonstrações de que suas práticas associativas podem ser pensadas com base em um potencial de mudanças e em uma perspectiva que aponta para um horizonte emancipatório, à medida que potencializam sujeitos individuais a alcançar um nível mais ampliado de efetividade social por meio dos processos interativos, como bem demonstraram os autores com os quais fundamentei as análises empreendidas neste trabalho

Essas formas de sociabilidade devem ser construídas e ter como alvo permanente a autonomia dos sujeitos em face dos seus interlocutores ou parceiros institucionais. Nesse sentido, é importante, além do aspecto cognitivo, a relação com a alteridade. A constituição de sujeitos que se tornam “[...] si mesmos pela inscrição comunitária [...]”, como nos apresenta Mafesolli (2007, p. 139), permite a dialética dele mesmo e do outro numa perpétua reversibilidade. Ao problematizar o vínculo social e as emoções, afirma:

Eis, teórica e empiricamente o impacto da subjetividade de massa. Somos da nossa infância como somos de um país, assim como a pessoa participa desse limite constituído pelo território, a tribo, as alucinações, os gostos que partilhamos com o ‘outro’. Todas essas coisas constituem uma espécie de ‘país’ simbólico no qual nos enraizamos e que nos permite ser. Neste sentido, o limite permite o crescimento. Enraizamento dinâmico a partir daquilo que nos supera, eis o que constitui o sentimento de pertencimento das múltiplas agregações contemporâneas. Não é mais o político distante ou o ideal racional do contrato social que garante a solidez do vínculo social, mas a partilha das emoções vividas no dia-a-dia (MAFESSOLI, 2007, p.141-142).

Se os processos interativos, como vimos, têm como razão de ser maior a necessidade de pertencimento e a partilha de emoções, não precisam abdicar de outras dimensões que certamente são importantes nos processos de constituição desses sujeitos sociais.

Um aspecto que já foi tratado neste trabalho, mas é importante retomá-lo, é a questão do conhecimento. Luckman e Berger (1991, p. 62) consideram o acervo social do conhecimento como um dos fundamentos da vida cotidiana. Para os autores, o acervo social do conhecimento inclui o conhecimento da situação e de seus limites. “A participação no acervo social do conhecimento permite assim a ‘localização’ dos indivíduos na sociedade e o ‘manejo’ deles de maneira apropriada”.

Destacam que, sendo a vida cotidiana dominada por motivos pragmáticos, o conhecimento receitado, isto é, o conhecimento limitado à competência pragmática em desempenhos de rotina, ocupa lugar eminente no acervo social do conhecimento.

Berger e Luckman (1991), porém, chamam a atenção para o fato de que, embora o estoque social do conhecimento represente o mundo cotidiano de maneira integrada, diferenciado de acordo com zonas de familiaridade e afastamento, ele deixa opaca a totalidade desse mundo. Noutras palavras, dizem, a realidade da vida cotidiana sempre aparece como uma zona clara atrás da qual há um fundo de obscuridade.

Assim como certas zonas da realidade são iluminadas outras permanecem na sombra. [...] Meu conhecimento da vida cotidiana tem a qualidade de um instrumento que abre caminho através de uma floresta e enquanto faz isso projeta um estreito cone de luz sobre aquilo que está situado logo adiante e imediatamente ao redor, enquanto em todos os lados do caminho continua a haver escuridão (BERGER; LUCKMAN, 1990, p. 66).

Essa questão também é destacada por Simmel (2006) ao tratar do caráter *superficial* da sociabilidade. Nas palavras dele, esse mundo da sociabilidade, o único em que é possível haver uma democracia sem atritos entre iguais, é um mundo *artificial*, construído a partir de seres que desejam produzir exclusivamente entre si mesmos essa interação pura que não seja desequilibrada por nenhuma tensão material.

Seria um erro, argumenta o autor (p. 70), imaginar que entramos na sociabilidade puramente como *seres humanos*, com aquilo que realmente somos, deixando de lado todas as atribuições, as idas e vindas, os excessos e as carências com os quais a vida real deforma a pureza de nossa imagem.

Simmel (2006) ressalta que toda sociabilidade é um *símbolo* da vida quando esta surge no fluxo de um jogo prazeroso e fácil. Todavia, argumenta:

[...] é justamente um símbolo da *vida* cuja imagem se modifica até o ponto em que a distância em relação à vida o exige. [...] Caso a sociabilidade corte totalmente os laços que a unem com a realidade da vida – a partir da qual ele entrelaça uma teia totalmente estilizada e diferente -, ela deixa de ser um jogo (*Spiel*), e passa a ser uma brincadeira (*Spielerei*), com formas vazias, em um esquematismo sem vida e orgulhoso disso (SIMMEL, 2006, p. 70).

A partir desse contexto, ainda nas palavras de Simmel (2006, p. 80) torna-se evidente que as pessoas reclamam, com e sem razão, da *superficialidade* das relações sociais. Certamente um dos fenômenos mais importantes da existência espiritual é que, quando retiramos qualquer elemento da totalidade do eu ou o fechamos em um reino à parte, organizado com base nas próprias leis, e não nas leis do todo, esse reino, apesar de toda a sua perfeição interna, pode mostrar um caráter vazio e suspenso no ar, exatamente por sua distância de toda a realidade imediata.

Para muitos homens que sentem a cada momento a profundidade e a pressão da vida, a sociabilidade não poderia ter essa alegria libertadora e redentora se ela fosse somente a fuga dessa vida, ou uma suspensão meramente momentânea de sua seriedade. De várias maneiras, a sociabilidade pode ser esse elemento negativo, um convencionalismo e uma troca internamente estéril de formas (SIMMEL, 2006, p. 82).